



USINA VERTENTE LTDA.

05.242.560/0001-76

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de R\$)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de R\$)			
Ativo	Notas	31/03/2022	31/03/2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	16	123.075	135.046	Financiamentos de curto prazo	16	240.641	77.678
Contas a receber	16	56.570	32.163	Fornecedores	16	152.952	82.122
Estoques	9	39.268	24.972	Impostos de renda a pagar - circulantes	8	967	19.722
Ativos biológicos	10	83.236	64.910	Outros passivos financeiros circulantes	16	43.901	34.882
Outros ativos financeiros circulantes	16	30.367	21.930	Total do passivo circulante		438.461	214.404
Impostos de renda a recuperar - circulantes	8	4.806	15.028	Financiamentos de longo prazo	16	349.957	583.673
Outros ativos circulantes		278	284	Provisões de longo prazo	14	1.718	2.222
Total do ativo circulante		337.600	294.333	Total do passivo não circulante		351.694	585.895
Contas a receber	16	226	5	Capital social	15	32.024	32.024
Impostos diferidos	8	20	19.041	Reservas		123.798	32.352
Outros ativos financeiros não circulantes	16	2.775	22.205	Outros resultados abrangentes acumulados		(10.556)	(16.170)
Investimentos em coligadas	11	2.566	2.161	Total do patrimônio líquido		145.267	48.207
Imobilizado	12	592.001	510.386	Total do passivo e do patrimônio líquido		935.422	848.506
Outros ativos intangíveis		234	375				
Total do ativo não circulante		597.822	554.173				
Total do ativo		935.422	848.506				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de R\$)						
	Capital social	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes acumulados	Total do patrimônio líquido		
Em 1 de abril de 2020	32.024	919	17.761	(48.725)	(26.433)	24.455
Lucro do período	-	683	-	61.694	-	62.377
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	10.263	10.263
Resultado abrangente	-	683	-	61.694	10.263	72.639
Movimentações internas	-	-	12.990	(12.990)	-	-
Outros	-	-	-	21	-	21
Em 31 de março de 2021	32.024	1.602	30.751	-	(16.170)	48.207
Lucro do período	-	4.572	86.871	-	-	91.443
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	5.614	5.614
Resultado abrangente	-	4.572	86.871	-	5.614	97.057
Outros	-	-	3	-	-	3
Em 31 de março de 2022	32.024	6.174	117.625	-	(10.556)	145.267

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de R\$)			
	Notas	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido		91.443	62.377
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado			
Reserva de hedge de fluxo de caixa		5.617	10.261
cujo efeito do imposto de renda		(2.893)	(5.287)
Reserva para ajuste acumulado de conversão		(3)	2
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		5.614	10.263
Total do resultado abrangente		97.057	72.639

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)			
1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA, BASE DE APRESENTAÇÃO, PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS			
1.1 Informações sobre a Empresa: A Usina Vertente Ltda ("Vertente" ou "Empresa") é uma empresa brasileira, tem como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a produção e o comércio de açúcar, etanol, energia e demais derivados da cana-de-açúcar, exploração agrícola, importação e exportação de bens, produtos e geração de energia e matéria-prima e participação em outras sociedades. O plantio de cana-de-açúcar realizado entre agosto e novembro requer um período de maturação de 12 meses para ser colhido e para as canas plantadas entre janeiro e maio são necessários até 18 meses para a colheita. A colheita ocorre no período de fevereiro a novembro. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, mas somente da variação da oferta e demanda normais de mercado. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas pela Administração e sua emissão aprovada pela diretoria em 16 de agosto de 2022. A Empresa é uma controlada indireta da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. por meio da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A. ("Cruz Alta"). Sede social: Fazenda das Posses - Guaraci, São Paulo - Brasil. 1.2 Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - "IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Empresa. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando ao preparar estas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos biológicos, instrumentos financeiros, ativos disponíveis para venda, que são mensurados ao valor justo. As coligadas são empresas sobre as quais, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto, a Empresa exerce influência significativa, que é presumida quando o percentual de direitos de voto, direto ou indireto, pela Empresa é igual ou superior a 20%, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Caso a Empresa tenha, direta ou indiretamente, menos de 20% do poder de voto, presume-se que não tenha influência significativa sobre a investida, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, as parcelas atribuíveis à Empresa sobre o lucro ou prejuízo líquido do período desses investimentos são registradas na demonstração do resultado sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a controladora e as investidas são eliminados com base no percentual de participação nas investidas. Os outros resultados abrangentes de coligadas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Empresa sob a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtópicos apresentados nos quadros. A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulantes/não circulantes. Um ativo é circulante quando: • Se espera que seja realizado, vendido ou consumido dentro do ciclo operacional normal; • É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; • Houver expectativa de que seja realizado dentro do período de 12 meses da data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é circulante quando: • É esperada sua liquidação dentro do ciclo operacional normal; • É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; • Sua liquidação deva ocorrer obrigatoriamente dentro de 12 meses da data do balanço. A Empresa classifica todas as demais obrigações como passivo não circulante. Os ativos/passivos fiscais diferidos estão classificados como não circulantes. O exercício social da Empresa vai de 1º de abril de cada ano a 31 de março do ano seguinte. Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. 1.3 Normas e interpretações obrigatórias após 1º de abril de 2021: As seguintes normas e interpretações e normas revisadas entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2021 e não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras anuais da Empresa:			
Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*		
Atualizações do IFRS 9 (CPC 48)	01/01/2021	Instrumentos financeiros	
Atualizações do IAS 39 (CPC 38)		- Reconhecimento e mensuração	
Atualizações do IFRS 7 (CPC 40 (R1))	01/01/2021	Instrumentos financeiros	
		- Evidenciações	
Atualizações do IFRS 16 (CPC 06 (R2))	01/01/2021	Arrendamentos	
		- Evidenciações	
* Em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após essas datas			
Além disso, como parte da reforma de índices de taxas de juros, tais como as taxas interbancárias (IBOR), o IASB publicou uma alteração ao IFRS 9 (CPC 48 (R1)) "Instrumentos financeiros" e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) "Instrumentos financeiros: divulgações", adotados pela União Europeia em 13 de janeiro de 2021, aplicada prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2020. A reforma das taxas de juro de referência, que conduzirá à substituição das taxas EONIA e IBOR a partir de 1 de janeiro de 2022, afeta ou irá afetar determinados instrumentos financeiros e operações de cobertura do Grupo. Os principais índices utilizados pelo Grupo e afetados pela reforma são a Euribor e a Libor USD. O objetivo dessas alterações, que o Grupo opta por aplicar antecipadamente a partir de 1º de abril de 2020, conforme autorizado pela norma para a fase 2, é especificar o que constitui uma alteração na taxa contratual e introduzir ajustes direcionados para permitir que a contabilidade de			

hedge seja mantida. Encontra-se em curso a identificação dos respectivos contratos e respectiva análise, estando em curso discussões com algumas contrapartes para integrar estas alterações nos índices. As coberturas em causa estão essencialmente expostas à Euribor a 1 mês, Euribor a 3 meses, bem como à Libor USD a 3 meses e a 6 meses. 1.4 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2022 sem adoção antecipada pela Empresa: Os seguintes padrões e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2022 podem ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:	hedge seja mantida. Encontra-se em curso a identificação dos respectivos contratos e respectiva análise, estando em curso discussões com algumas contrapartes para integrar estas alterações nos índices. As coberturas em causa estão essencialmente expostas à Euribor a 1 mês, Euribor a 3 meses, bem como à Libor USD a 3 meses e a 6 meses. 1.4 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2022 sem adoção antecipada pela Empresa: Os seguintes padrões e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2022 podem ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:		
Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*		
Atualizações do IFRS 3 (CPC 15 (R1))	01/01/2022	Combinação de negócios	
Atualizações do IFRS 16 (CPC 27)	01/01/2022	Ativo Imobilizado	
Atualizações do IAS 37 (CPC 25)		Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	
Atualizações do IFRS 9 (CPC 48)	01/01/2022	Instrumentos Financeiros	
Atualizações do IAS 1 (CPC 26 (R1))	01/01/2022	Apresentação das Demonstrações Contábeis	
Atualizações do IAS 8 (CPC 23)	01/01/2023	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	
Atualizações do IAS 12 (CPC 32)	01/01/2023	Tributos sobre o lucro	
* Em vigor para os exercícios sociais a partir dessa data			
1.5 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras da Empresa, a administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Desse modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 poderão ser alteradas posteriormente. 1.5.1 Julgamentos: A Administração da Empresa utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações, sempre que as normas IFRS e interpretações vigentes não tratam especificamente dos respectivos assuntos contábeis: • Uma vez que as IFRS e BR GAAP não fornecem orientação específica sobre combinações de negócios de entidades sob controle comum, a Empresa aplicou o método da combinação de participações ("pooling of interests") quando necessário. 1.5.2 Estimativas: A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação das premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:			
Nota	Estimativa	Natureza da divulgação	
Nota 7	Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecer os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais.	
Nota 9	Ativos biológicos	Premissas principais utilizadas para determinar o valor justo da cana em pé (disponível) - (rendimento estimado, quantidade de açúcar por tonelada de cana, preço do açúcar, entre outros).	
Nota 11	Imobilizado	Premissas utilizadas para avaliar o imobilizado adquirido na combinação de negócios. Premissas utilizadas para determinar a vida útil dos ativos.	
Nota 13	Provisões	Provisões para reclamações e litígios: premissas de suporte da avaliação e mensuração dos riscos.	
Nota 15	Ativos e passivos financeiros	Premissas utilizadas para determinar o valor justo das diversas categorias dos instrumentos financeiros.	

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
2.1 Investimentos: Os investimentos em coligadas da Empresa são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas e coligadas é registrado inicialmente ao custo de aquisição, determinado na data de aquisição. Após a aquisição, o valor contábil do investimento apresentado no balanço patrimonial é ajustado, de modo a refletir as alterações na participação da Empresa no patrimônio líquido contábil, incluindo o resultado abrangente do período. A demonstração do resultado reflete a participação da Empresa nos resultados das operações das coligadas. Qualquer mudança em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Empresa. Além disso, quando houver qualquer mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da controlada ou coligada, a Empresa reconhece sua participação nessa mudança, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Empresa e suas coligadas são eliminados com base no percentual de participação nas coligadas. O total da participação da Empresa no resultado de uma coligada é apresentado na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, e representa o resultado após impostos nas subsidiárias da coligada. As demonstrações financeiras das coligadas são preparadas para a mesma data-base de apresentação da Empresa. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis àquelas da Empresa. Caso a participação da Empresa nas perdas de uma coligada seja maior ou igual ao seu investimento não reconhecerá perdas adicionais, a menos que tenha uma obrigação de efetuar ou já tenha efetuado pagamentos em nome da coligada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa verifica a necessidade de reconhecer uma perda no valor recuperável de seu investimento na coligada. A Empresa determina, a cada data de apresentação, se há qualquer evidência objetiva de que o investimento na coligada tenha sofrido perda no valor recuperável. Nesse caso, a Empresa calcula o valor da perda como sendo a diferença entre o valor recuperável da coligada e seu valor contábil, e reconhece esse montante na demonstração do resultado. Quando um investimento deixa de ser uma coligada, a Empresa passa a calcular e reconhecer o investimento remanescente a valor justo. Eventuais diferenças entre o			
2.2 Transações em moedas estrangeiras: No reconhecimento inicial, as transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Empresa à taxa de câmbio em vigor na data da transação. No encerramento do exercício, os ativos e passivos financeiros são convertidos à taxa de câmbio de fechamento ou à taxa de hedge, conforme o caso; as variações cambiais resultantes dessas conversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Receitas e despesas financeiras". 2.3 Imobilizado: O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição (preço de compra acrescido de custos incidentais necessários para colocar o ativo em operação) ou pelo custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração, exceto no contexto de uma combinação de negócios. Quando certos componentes do imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, aplica-se o método dos componentes, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses ativos substituídos é baixado. A Empresa realiza atividades de manutenção programada em seu parque industrial anualmente a fim de verificar e substituir componentes do imobilizado. Os custos anuais das principais atividades de manutenção incluem mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais e outras despesas administrativas fixas alocadas durante o período de entressafra. A Empresa utiliza o método intrínseco ("built-in overhaul") para contabilizar os custos anuais das principais atividades de manutenção. Assim, o custo estimado da parcela do custo total de um imobilizado que deve ser substituído anualmente é registrado como um componente separado do custo do ativo imobilizado e depreciado ao longo de sua vida útil estimada separadamente. É, então, substituído durante as principais atividades de manutenção anual. Os custos de manutenção periódica normal são debitados ao resultado, quando incorridos, desde que as peças substituídas não melhorem a capacidade de moagem ou representem benfeitorias para o ativo imobilizado. Segundo a norma internacional IAS 23 (CPC 20 (R1)), juros sobre empréstimos usados para adquirir um ativo imobilizado de valor individual relevante e com uma vida útil significativa são reconhecidos como aumento no custo de aquisição. Os custos de plantio da cana-de-açúcar fazem parte do ativo imobilizado. São avaliados ao custo e depreciados ao longo de sua vida útil. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo:			
		Edificações	20 - 40 anos
		Utensílios e melhorias em edificações	10 - 20 anos
		Instalações técnicas, equipamentos e ferramentas industriais	10 - 15 anos
		Planta portadora	5 - 6 anos
		Equipamentos de escritório	5 anos
		Equipamentos de transporte	5 anos
2.4 Intangível: O ativo intangível inclui: • Programas de computador (software); Os programas de computador são depreciados pelo método linear ao longo do prazo estimado para sua vida útil, que varia de um a cinco anos. Amortização e perdas no valor recuperável são reconhecidas no resultado operacional. 2.5 Redução ao valor recuperável de ativos: De acordo com as disposições da norma IAS 36 "Impairment of Assets" (CPC 01 (R1)), ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de dezembro. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC. O ágio é alocado a unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que deverão se beneficiar com as combinações de negócios nas quais o ágio foi registrado. Um teste			

>>>Continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/08/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





USINA VERTENTE LTDA.

05.242.560/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

de perda no valor recuperável consiste em comparar o valor contábil de um ativo, uma UGC ou um grupo de UGC com seu valor recuperável, que é o maior entre o valor líquido da venda e o valor em uso. O valor em uso é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, que se espera resultem do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. Os fluxos de caixa utilizados como base de cálculo para o valor em uso são obtidos com base nos planos de médio prazo das UGC. As premissas utilizadas para o aumento da receita total e dos fluxos de caixa terminais são consideradas razoáveis e consistentes com os dados disponíveis no mercado para cada UGC. O valor líquido da venda corresponde ao montante que poderia ser obtido com a venda de um ativo (ou grupo de ativos), em condições normais de concorrência, menos os custos relacionados diretamente à venda. Quando o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do ágio. As perdas reconhecidas no valor recuperável do ágio não podem ser revertidas em períodos subsequentes. **2.6 Arrendamentos:** Os arrendamentos, conforme definido pelo IFRS 16 (CPC 06 (R2)) "Arrendamento mercantil", são reconhecidos no balanço patrimonial como um ativo, que corresponde ao direito de uso do ativo arrendado durante a vigência do contrato e como um passivo, relacionado à obrigação de pagamento. Para fins de simplificação e conforme permitido pela norma, os contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, bem como contratos cujo valor de reposição é menor ou igual a USD 5.000, não foram reconhecidos de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)). Os principais contratos de locação identificados correspondem a terrenos, maquinário de veículos e determinadas propriedades. **Mensuração do direito de uso de ativos:** Na data de assinatura de um contrato de arrendamento, o ativo de direito de uso é avaliado ao custo e corresponde ao valor inicial do passivo do arrendamento, ajustado, se necessário, pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados reconhecidos no balanço patrimonial. O direito de uso é amortizado durante a vida útil dos ativos subjacentes. **Mensuração do passivo de arrendamento:** Quando o contrato é assinado, o passivo de arrendamento é reconhecido por um valor igual ao valor presente dos pagamentos do arrendamento pelo prazo do contrato. O valor do passivo depende em grande parte das premissas utilizadas para o prazo do arrendamento e, em menor grau, da taxa de desconto. A extensão geográfica da Empresa significa que ele encontra uma ampla gama de diferentes condições legais ao celebrar contratos. As premissas de contratos geralmente usadas para calcular o passivo são aquelas negociadas inicialmente, levando em consideração as opções de rescisão antecipada ou extensão, quando provável. O passivo relacionado ao contrato de arrendamento é aumentado pelo valor da despesa de juros determinada pela aplicação da taxa de desconto ao passivo no início do período e reduzido pelos pagamentos efetuados. A despesa de juros do período, bem como os pagamentos variáveis, não considerados na avaliação inicial do passivo e incorridos durante o período em questão, são reconhecidos como despesa. O passivo pode ser remensurado quando o prazo do arrendamento for revisado, quando uma modificação vinculada à avaliação da natureza razoavelmente certa (ou incerta) do exercício de uma opção ou uma revisão das taxas ou índices nos quais os aluguéis são baseados na data do ajuste. **2.7 Ativos biológicos:** A IAS 41 "Agriculture" (CPC 29) - aborda o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos (como plantações de cana-de-açúcar) ou produtos agrícolas (na época da colheita). Os ativos biológicos e respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A Empresa, para atender esta norma de mensuração, avalia a cana-de-açúcar em pé pelo valor justo menos o custo de venda e a classifica no ativo circulante. As variações no valor justo são reconhecidas no custo dos produtos vendidos. As plantas portadoras são mensuradas, em conformidade com a IAS 16 (CPC 27), ao custo histórico e reconhecidas no ativo imobilizado. **2.8 Estoques:** Os estoques físicos nas atividades de processamento são avaliados pelo menor custo e preços à vista vigentes no final do período de relatório. O custo é determinado usando o método da média ponderada ou o método "primeira a entrar, primeiro a sair", dependendo do produto. Além disso, as ações mantidas para negociação são mensuradas pelo valor justo menos os custos de venda. Matérias-primas e insumos são reconhecidos inicialmente pelo preço de compra acrescido de outros custos incorridos na colocação dos estoques no local e nas condições em que se encontram atualmente (transporte, comissões, entre outros). Os produtos manufaturados são avaliados pelo custo de produção, incluindo o custo dos materiais consumidos, a depreciação de insumos de produção e os custos de fabricação diretos ou indiretos, exceto custo financeiro. Uma perda é reconhecida quando: • O valor bruto calculado, conforme descrito anteriormente, excede o valor de mercado ou o valor realizável; • Os produtos sofreram deterioração significativa. **2.9 Ativos financeiros:** O IFRS 9 (CPC 48) fornece uma abordagem única para a classificação e mensuração de ativos financeiros, com base nas características do instrumento financeiro e na intenção da administração da Empresa com os seguintes resultados: • ativos financeiros com fluxos de caixa que são representativos do pagamento de principal e juros apenas são mensurados pelo custo amortizado se forem administrados exclusivamente para fins de cobrança desses fluxos; • em outros casos, os ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto por instrumentos patrimoniais (participações societárias, etc.) não mantidos para negociação e com alterações no valor que, na eleição, afetam "outros resultados abrangentes". O impacto desses princípios nos ativos é refletido da seguinte forma no balanço patrimonial da Empresa: Os ativos financeiros incluem as seguintes categorias contábeis: participações societárias não consolidadas, aplicações financeiras, empréstimos e recebíveis e instrumentos financeiros derivativos. Na data de aquisição, a Empresa determina a classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias contábeis. **Investimentos não consolidados e investimentos financeiros ao valor justo:** Esta categoria inclui principalmente participações societárias não consolidadas e títulos de dívida que não atendem às definições de outras categorias de ativos financeiros. A Empresa optou por reconhecer a mudança no valor justo de seus investimentos em outros resultados abrangentes porque eles atendem à definição de instrumento de patrimônio e não são mantidos para negociação exceto ações mantidas em fundos de investimento com alterações no valor justo reconhecida no resultado financeiro líquido. Os investimentos são registrados pelo valor justo na data do balanço. Os títulos que não possuem cotação de preço de mercado em um mercado ativo e cujo valor justo não possa ser mensurado de forma confiável são registrados ao custo, deduzido de perdas por redução ao valor recuperável, geralmente calculadas sobre a proporção do capital detido. **Empréstimos e recebíveis:** Os créditos comerciais e outros recebíveis e empréstimos são registrados pelo custo amortizado, o qual corresponde ao seu valor nominal. A parcela de contas a receber e empréstimos não cobertos por seguro de crédito dá origem ao registro de uma perda por redução ao valor recuperável tão logo os recebíveis são registrados, até as perdas esperadas no vencimento. Isso reflete a probabilidade de inadimplência das contrapartes e a taxa de perda esperada, avaliada, conforme apropriado, com base em estatísticas históricas, informações fornecidas pelas agências de relatório de crédito ou classificações dadas pelas agências de classificação. Quando o prazo de vencimento dos créditos e recebíveis é superior a um ano, seus valores são descontados, cujos efeitos são reconhecidos no resultado financeiro líquido, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis são sujeitos a testes para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, desde que haja indícios de perda de valor. As cessões de créditos com possível recurso contra o cedente em caso de não pagamento pelo devedor não são desreconhecidas. Os custos de cessão de recebíveis são registrados no resultado operacional. **Ativos financeiros derivativos:** As regras e políticas contábeis para instrumentos derivativos estão apresentadas na nota 2.13. **2.10 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores disponíveis, depósitos bancários, depósitos de curto prazo (resgatáveis no prazo de até três meses da data de aquisição) sem risco significativo de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros, e aplicações no mercado aberto que apresentam liquidez imediata e estão sujeitas a riscos insignificantes de variação no valor. **2.11 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação (legal, contratual ou constituída) perante um terceiro, desde que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que resulte em uma saída de recursos. Se o respectivo valor ou vencimento não puder ser estimado de maneira confiável ou quando não é provável que exista uma obrigação presente, é considerado um passivo contingente. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, o montante da provisão será determinado pelo valor presente dos desembolsos futuros esperados. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente deve refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados com as obrigações que estão sendo mensuradas. O efeito desse desconto é registrado em despesas financeiras. Uma provisão será constituída quando essa reorganização tiver sido objeto de comunicação e planejamento detalhado ou quando iniciada sua execução. **2.12 Passivos financeiros:** Esta categoria inclui: • Passivos financeiros ao custo amortizado; • Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial; • Passivos financeiros classificados como mantidos para negociação, incluindo passivo de derivativos (exceto derivativos de *hedge*); • Compromissos de compra de participações não controladoras. **Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado:** Com exceção de passivos financeiros ao valor justo e derivativos mensurados e reconhecidos ao valor justo, empréstimos captados e outros passivos financeiros são mensurados e reconhecidos inicialmente ao valor justo e, então, ao custo amortizado, de acordo com

o método da Taxa de juros efetiva "TJE". De acordo com as políticas contábeis do Grupo, a Empresa está considerando na sua Demonstração do Fluxo de Caixa os juros pagos como fluxo de caixa de atividade de financiamento. **Mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros conversíveis:** Os títulos conversíveis são segregados como componentes do passivo e do patrimônio líquido com base nos prazos dos contratos. Na emissão dos títulos conversíveis, o valor justo do componente do passivo é determinado usando uma taxa de mercado para títulos equivalentes não conversíveis. Esse valor é classificado como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (líquido dos custos da transação) até que seja extinto no momento da conversão ou resgate. O saldo restante é atribuído à opção de conversão que é reconhecida e incluída no patrimônio líquido, líquida dos custos da transação. O valor contábil da opção de conversão não é atualizado nos exercícios subsequentes. Os custos da transação são rateados entre os componentes dos títulos conversíveis registrados no passivo e no patrimônio líquido, com base na alocação do resultado para os componentes do passivo e do patrimônio líquido, quando os instrumentos são inicialmente reconhecidos. **Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Quando um passivo financeiro pode ser reconhecido ao valor justo em sua totalidade - como no caso de um passivo com derivativo embutido - a Empresa registra o passivo pelo seu valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado financeiro. **Compromissos de compra de participações não controladoras.** De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), opções de venda concedidas incondicionalmente a terceiros detentores de participações não controladoras em subsidiárias consolidadas integralmente devem ser consideradas um passivo financeiro. A Empresa reconhece as opções de compra concedidas a terceiros detentores de participações não controladoras em passivo financeiro pelo valor justo da opção, com uma contrapartida redutora das participações não controladoras. Qualquer variação entre o valor justo do passivo e as participações não controladoras pertinentes é reconhecida no patrimônio atribuído aos proprietários da controladora. O passivo é estimado em consonância com os preços ou fórmulas definidos nos respectivos contratos. Quando as fórmulas são baseadas em um múltiplo de receita após a dedução da dívida, o valor do passivo referente à opção é estimado de acordo com as previsões de receita e endividamento líquido para o período de exercício da opção. Alterações subsequentes no valor justo desses passivos, incluindo os efeitos do desconto, são reconhecidas em patrimônio líquido. **2.13 Derivativos:** A Empresa usa instrumentos derivativos para gerenciar e reduzir sua exposição a riscos de mudança em taxas de juros, taxas cambiais, e preços de commodities e de energia. Instrumentos derivativos são mensurados ao valor justo na demonstração da posição financeira, independentemente de serem atribuíveis à classificação de *hedge accounting* sob a IFRS 9 (CPC 48), nas rubricas de ativos e passivos financeiros. Os valores justos dos derivativos são estimados usando modelos de avaliação comumente usados, levando em consideração dados de mercados ativos. Sempre que possível, os instrumentos derivativos são reconhecidos de acordo com as regras de *hedge accounting*. A contabilidade de *hedge* é aplicável se: • A relação de cobertura é claramente definida e documentada na data em que é constituída; • A efetividade da relação de cobertura é demonstrada desde o seu início e posteriormente através da verificação regular da correlação entre a variação do valor de mercado do instrumento de cobertura e do item coberto. Os tipos de relações de *hedge accounting* atualmente implementados pelo Grupo atendem aos requisitos do IFRS 9 (CPC 48) e estão alinhados com a estratégia e os objetivos de gestão de risco do Grupo. O Grupo usa coberturas de fluxo de caixa, bem como coberturas de valor justo. Nestas relações de cobertura, a efetividade do derivativo é avaliada pelo método dos derivativos hipotéticos: o derivativo designado em cada relação de cobertura deve permitir compensar as variações dos fluxos de caixa do item coberto. As principais fontes de ineficácia são: • O efeito do risco de crédito do Grupo e de suas contrapartes sobre o valor justo dos instrumentos de *hedge* que não se reflete na mudança no valor justo dos itens cobertos (taxa de câmbio, taxas de juros e commodities). De acordo com o IFRS 13 (CPC 46), a mensuração do risco de crédito em instrumentos derivativos é mensurada regularmente. A falta de materialidade nunca deu lugar ao reconhecimento de um ajustamento a este respeito; • Mudanças no momento e no valor dos fluxos de caixa esperados de transações cobertas para risco de moeda estrangeira. As mudanças no valor justo de um período para o outro são reconhecidas de forma diferente dependendo do tipo de contabilidade de *hedge* aplicada. Os *hedges* de fluxo de caixa (HFC) são usados para proteger a exposição a mudanças no fluxo de caixa de um ativo ou passivo reconhecido ou de uma transação prevista altamente provável que afete o lucro líquido reportado. Para *hedges* de fluxo de caixa, a parte efetiva da variação do valor justo do instrumento de cobertura é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, a variação do valor justo do subjacente não é registrada na demonstração da posição financeira consolidada. A mudança no valor da parte ineficaz é reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são incluídos registrada na demonstração do resultado no mesmo período que o próprio item coberto. O valor do tempo das opções documentadas como *hedge* de fluxo de caixa é tratado como o custo de *hedge*; as mudanças no valor justo do tempo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" e depois reciclados em receita operacional ou financeira ao mesmo tempo que o item coberto. Os *hedges* de valor justo (FVH) são usados para proteger a exposição a mudanças no valor justo de todo ou parte de um ativo ou passivo reconhecido que afeta o lucro líquido reportado. As variações no valor justo do instrumento de *hedge* são registradas no resultado do período. Simetricamente, a variação do valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada na demonstração do resultado do período (e ajusta o valor do item coberto). Estas duas reavaliações compensam-se na mesma linha da demonstração do resultado, excluindo a "parte ineficaz" do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* de commodities que se enquadram no escopo do IFRS 9 (CPC 48) são instrumentos derivativos e são mensurados pelo seu valor justo. O impacto líquido das transações fechadas é reconhecido no resultado operacional. Os instrumentos derivativos que não se enquadram na definição de instrumentos de *hedge* são qualificados como "mantidos para negociação". As variações no valor justo dos derivativos mantidos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Os instrumentos derivativos detidos para negociação não são detidos para fins especulativos. As variações no valor justo dos derivativos classificados como "mantidos para negociação", bem como a parte ineficaz dos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no resultado, os resultados dos derivativos fechados qualificados como "mantidos para negociação" ou como *hedge* são classificados como: • Despesas e receitas financeiras quando o risco subjacente é classificado como receitas e despesas financeiras (taxa de juros e taxa de câmbio financeira); • Nas despesas e receitas operacionais, quando o risco subjacente é classificado como despesas e receitas operacionais (Commodities - ou seja, matérias-primas, produtos acabados, energia e variação operacional). Os contratos de compra / venda de commodities são geralmente tratados fora do escopo do IFRS 9 (CPC 48) (tratamento "para uso próprio"), com exceção de certas transações específicas envolvendo etanol, açúcar, grãos, eletricidade, carvão e gás. Para essas transações específicas, a contabilidade de *hedge* é sistematicamente preferida. A qualificação como "uso próprio" é determinada quando as seguintes condições são atendidas: • Os volumes comprados ou vendidos ao abrigo destes contratos correspondem às necessidades operacionais da subsidiária; • Os contratos não dão origem a uma liquidação pelo valor líquido de acordo com o IFRS 9 (CPC 48) e, em particular, uma entrega física ocorre de forma sistemática; Os contratos não são comparáveis a vendas de opções de acordo com o IFRS 9 (CPC 48). **2.14 Reservas:** A natureza e o objetivo de cada reserva são apresentados a seguir: **Reserva para hedge de fluxo de caixa (HFC):** A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parcela efetiva das relações de *hedge* de fluxo de caixa incorrida na data das demonstrações financeiras, líquida de impostos. Para mais informações sobre os métodos contábeis aplicados ao uso dessa reserva, vide nota 2.13. **2.15 Impostos sobre a renda:** Impostos sobre a renda apresentados na demonstração do resultado incluem a despesa/receita de imposto de renda corrente e diferido. **Imposto de renda corrente:** Calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é diferente do lucro líquido antes dos impostos apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui as

receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis, respectivamente, em outros períodos, bem como as receitas ou despesas que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O ativo ou passivo do imposto de renda corrente é reconhecido no balanço patrimonial, utilizando alíquotas fiscais vigentes no encerramento do exercício. **Imposto de renda diferido:** Segundo a IAS 12 (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais. Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado. Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Empresa. Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias internacionais e especificamente econômica em que a Empresa atua, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais. O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis. Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente. Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes. **2.16 Receitas:** A receita da Empresa compreende principalmente vendas de produtos acabados e mercadorias. São reconhecidos no resultado quando o controle de mercadorias é transferido. A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas (Imposto sobre Valor Agregado - IVA, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS). Esses valores são estimados quando a receita líquida é reconhecida, com base em acordos e compromissos com os clientes em questão.

3. RISCOS CLIMÁTICOS

As matérias-primas processadas pela empresa são provenientes da atividade agrícola, que está intrinsecamente sujeita a variações imprevisíveis do clima. As atividades comerciais da Empresa podem, portanto, ser diretamente afetadas por condições climáticas extremas ou desfavoráveis, desastres naturais e mudanças climáticas. A empresa leva em conta os riscos climáticos, nas suas estimativas de final de safra e inclui seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras, principalmente: - na revisão da vida útil de certos ativos; - inclusão, nos testes de recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida, os impactos esperados desses riscos nos fluxos de caixa futuros. Como uma extensão dessas ações, a empresa utiliza financiamentos "verdes". Um empréstimo vinculado à sustentabilidade, por exemplo, é um instrumento de empréstimo cuja taxa de financiamento está vinculada aos indicadores-chave de desempenho (KPIs) de sustentabilidade do devedor. A Empresa acredita que avalia corretamente seus riscos climáticos e que é consistente com seus compromissos nessa área. A avaliação destes itens não teve impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. PRINCIPAIS AQUISIÇÕES, VENDAS E MOVIMENTAÇÕES NO PERÍODO

4.1 Efeitos da crise de saúde da Covid-19: Desde 2020, o ambiente econômico tem sido profundamente impactado pela crise sanitária da Covid-19, que afetou todas as empresas. A empresa está tomando medidas para garantir a segurança de seus funcionários e continuar a atender às necessidades de seus clientes neste cenário. A empresa ajustou seus ambientes de trabalho e operações para cumprir as recomendações das diversas autoridades sanitárias. Neste contexto, nossas instalações de produção permaneceram totalmente operacionais durante os bloqueios da Covid-19.

5. RECEITA LÍQUIDA

O saldo de receita líquida é composto principalmente de venda de produtos e é apresentado como segue:

	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Açúcar	267.280	275.732
Etanol	238.271	197.761
Energia	59.479	32.367
Outros	20.804	12.586
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	585.834	518.446

6. DESPESAS POR NATUREZA

A análise de despesas por natureza é descrita a seguir:

	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Custo das vendas	(363.434)	(329.743)
Despesas de distribuição	(27.032)	(27.686)
Despesas gerais e administrativas	(10.400)	(14.757)
Equivalência patrimonial	11	405
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		3.782
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(396.679)	(372.704)
Matéria-prima e insumos utilizados	(145.455)	(138.534)
Despesas externas	(84.846)	(78.726)
Despesas com benefícios aos empregados	5.1	(56.472)
Amortização e depreciação	5.2	(110.055)
Equivalência patrimonial	11	405
Outras despesas operacionais, líquidas		(256)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(396.679)	(372.704)

6.1 Despesas com benefícios aos empregados

	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Ordenados e salários	(51.511)	(51.628)
Encargos sociais sobre ordenados e salários	(4.961)	(5.215)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	(56.472)	(56.843)

6.2 Despesas de amortização

	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Amortização do imobilizado	(109.839)	(98.206)
Amortização de ativos intangíveis	(216)	(216)
TOTAL DE AMORTIZAÇÃO	(110.055)	(98.422)

7. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

7.1 Despesas e receitas financeiras

	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Despesas de juros	(56.467)	(50.704)
Perda de valor justo sobre derivativos	(5.067)	(9.432)
Perdas cambiais	(10.862)	(11.187)
Outras despesas financeiras	(5.487)	(8.118)
Despesas financeiras	(77.883)	(79.441)
Receitas de juros	4.782	8.631
Valor justo dos ativos e passivos financeiros por meio do resultado	7.618	937
Ganhos cambiais	1.031	7.646
Outras receitas financeiras	1.470	199
Receitas financeiras	14.901	17.413
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(62.982)	(62.028)
Das quais: Despesas (receitas) de juros líquidas	(51.685)	(42.073)
Das quais: Perdas (ganhos) cambiais	(9.831)	(3.541)

7.2 Ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros

	Exercício findo em 31 de março de 2022		Exercício findo em 31 de março de 2021		
	Receitas (despesas) de juros líquidas	Receitas (despesas) cambiais líquidas	Ganho (perda) de valor justo, líquido	Outras receitas (despesas) financeiras	Lucro operacional
(EM MILHARES DE R\$)					
Caixa e equivalentes de caixa	4.782	(8.704)	0	0	0
Financiamentos	(56.467)	(629)	7.618	0	0
Derivativos	0	0	(5.067)	0	8.510
Outros	0	(498)	0	(4.017)	0
Total	(51.685)	(9.831)	2.551	(4.017)	8.510

Efeito dos impostos diferidos em OCI

Total de outros resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de março de 2021

	Exercício findo em 31 de março de 2021		Exercício findo em 31 de março de 2021		
	Receitas (despesas) de juros líquidas	Receitas (despesas) cambiais líquidas	Ganho (perda) de valor justo, líquido	Outras receitas (despesas) financeiras	Lucro operacional
(EM MILHARES DE R\$)					
Caixa e equivalentes de caixa	1.572	(566)	0	0	0
Financiamentos	(49.296)	(3.520)	937	0	0
Derivativos	5.651	0	(9.432)	0	15.548
Outros	0	545	0	(7.919)	0
Total	(42.073)	(3.541)	(8.495)	(7.919)	15.548

Efeito dos impostos diferidos em OCI

Total de outros resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de março de 2021

>>>Continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





USINA VERTENTE LTDA.

05.242.560/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

8. IMPOSTO DE RENDA

8.1 Imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado: A composição da despesa de imposto de renda é apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em 31/03/2022	31/03/2021
Imposto de renda corrente	(18.602)	(12.752)
Imposto de renda diferido	(16.128)	(8.585)
TOTAL	(34.730)	(21.337)

A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em 31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido	91.443	62.377
Equivalência patrimonial	405	328
Receita (despesa) de imposto de renda	(34.730)	(21.337)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e equivalência patrimonial	125.768	83.386

Aliquota fiscal do imposto de renda no Brasil

Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil

Prejuízos fiscais reconhecidos como impostos diferidos

Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais

Ajustes para conciliar imposto de renda

IMPOSTO DE RENDA EFETIVO

Aliquota efetiva de imposto de renda

8.2 Imposto de renda no balanço patrimonial: A posição de imposto de renda corrente e diferido no balanço patrimonial está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	31/03/2022	31/03/2021
Imposto de renda corrente ativo	4.806	15.028
Imposto de renda corrente passivo	967	19.722
Total do imposto de renda corrente	3.839	(4.694)

Imposto de renda diferido ativo

Imposto de renda diferido passivo

Total do imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido líquido é R\$ 20 ativo dos quais R\$ 11.778 são decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados. A composição dos impostos diferidos registrados no balanço patrimonial é descrita a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)

Impostos diferidos ativos

Impostos diferidos ativos na demonstração de resultado

Impostos diferidos nos outros resultados abrangentes

Impostos diferidos passivos

Impostos diferidos ativos na demonstração de resultado

Impostos diferidos nos outros resultados abrangentes

TOTAL

(EM MILHARES DE R\$)

Diferenças entre o valor contábil e a base fiscal

Ativo imobilizado e ativo intangível

Ativos biológicos

Ativos e passivos financeiros

Outros

Prejuízos fiscais não utilizados e identificados como imposto diferido ativo

TOTAL

A variação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de março de 2020

Valor registrado na demonstração do resultado

Valor registrado em outros resultados abrangentes

Em 31 de março de 2021

Valor registrado na demonstração do resultado

Valor registrado em outros resultados abrangentes

Em 31 de março de 2022

8.3 Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados: A expectativa de recuperação dos créditos com impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, indicada pelas projeções do lucro tributável aprovadas pela Administração da Empresa, é a seguinte:

(EM MILHARES DE R\$)

N+1

N+2

N+3

N+4

N+5

N+6

TOTAL

Como os créditos e débitos de imposto de renda resultam não somente de lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Empresa, da existência de lucros não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais e diversas outras variáveis, a projeção de utilização dos prejuízos fiscais não deve ser considerada como um indicativo do lucro líquido futuro da Empresa. 8.4 Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos como ativos: Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos nas demonstrações financeiras somam R\$ 0 em 31 de março de 2022 (R\$ 5.903 em 31 de março de 2021), de acordo com as principais práticas contábeis descritas na nota 2.15.

9. ESTOQUES

(EM MILHARES DE R\$)

Matéria-prima

Produtos acabados e semiacabados

ESTOQUES LÍQUIDOS

10. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação no valor líquido dos ativos biológicos é apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de março de 2020

Movimentação devido à colheita

Movimentação no valor justo

Em 31 de março de 2021

Movimentação devido à colheita

Movimentação no valor justo

Em 31 de março de 2022

Ajuste no valor justo reconhecido na demonstração do resultado ao final de Março, 2022 no montante de R\$ 16.580 contra (R\$ 924) no ano anterior. A cana-de-açúcar própria processada totaliza 1.426 mil toneladas para o exercício findo em 31 de março de 2022 contra 1.725 mil toneladas para o exercício findo em 31 de março de 2021.

Cana-de-açúcar em pé: As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da cana-de-açúcar em pé:

Em 31 de março de 2022

Unidade Usina Vertente Ltda.

Área estimada de colheita

Rendimentos previstos

Quantidade Total de Açúcar Recuperável

Valor de um kg de Açúcar Total Recuperável

Em 31 de março de 2021

Unidade Usina Vertente Ltda.

Área estimada de colheita

Rendimentos previstos

Quantidade Total de Açúcar Recuperável

Valor de um kg de Açúcar Total Recuperável

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos em 31 de março de 2022 estão apresentados a seguir:

Em 31 de março de 2022

(EM MILHARES DE R\$)

% de participação

Capital emitido

Patrimônio líquido

Investimento Total

Resultado da equivalência patrimonial

Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Em 31 de março de 2021

(EM MILHARES DE R\$)

% de participação

Capital emitido

Patrimônio líquido

Investimento Total

Resultado da equivalência patrimonial

Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

12. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Terrenos	Prédios	Ferramentas, equip. e instalações	Planta portadora	Outros	Ativos de longo prazo em andamento	Ativo de direito de uso	TOTAL
31 de março de 2020	3.166	87.646	305.215	138.169	86.553	4.683	168.242	793.674
Aquisições	0	0	0	40.647	24.485	10.400	37.488	113.020
Reclassificações	0	0	7.280	(13.073)	(55.206)	(7.006)	(868)	(68.873)
Baixas	0	0	(1.434)	0	(1.938)	0	0	(3.372)
Outras alterações	0	0	0	0	0	0	(5.494)	(5.494)
31 de março de 2021	3.166	87.646	311.061	165.743	53.894	8.077	199.368	828.955
Aquisições	0	0	0	50.906	36.333	14.581	98.069	199.889
Reclassificações	1.827	0	9.260	13.074	(21.434)	(14.214)	(1.999)	(13.486)
Baixas	0	0	(152)	(25.094)	(965)	0	(4.589)	(30.800)
Outras alterações	0	0	0	0	0	0	0	0
31 de março de 2022	4.993	87.646	320.169	204.629	67.828	8.444	290.849	984.558

Depreciação e desvalorização

31 de março de 2020

Despesas de amortização e depreciação

Reclassificações

Baixas

31 de março de 2021

Despesas de amortização e depreciação

Reclassificações

Baixas

31 de março de 2022

Valores líquidos em 31 de março de 2021

Valores líquidos em 31 de março de 2022

As principais adições do ano são (exceto Ativo de direito de uso): 1) R\$ 14.581 em várias operações de investimento (R\$ 10.400 em 2021); 2) R\$ 50.906 para plantas portadoras (R\$ 40.647 em 2021); 3) R\$ 36.333 para custos de manutenção (R\$ 24.485 em 2021).

13. ARRENDAMENTOS

13.1 Ativo de direito de uso: As alterações nos ativos de direito de uso são apresentadas da seguinte forma:

(EM MILHARES DE R\$)	Terrenos	Ferramentas, equip. e instalações	Transporte	TOTAL
31 de março de 2020	156.941	205	11.095	168.242
Aquisições	33.421	6	4.061	37.488
Reclassificações	(487)	0	(381)	(868)
Outros	(5.494)	0	0	(5.494)
31 de março de 2021	184.381	211	14.775	199.368
Aquisições	89.591	36	8.442	98.069
Reclassificações	0	0	(1.999)	(1.999)
Outros	0	0	0	0
Baixas	(3.392)	0	(1.197)	(4.589)
31 de março de 2022	270.580	247	20.211	290.848

Amortização e perdas no valor recuperável

31 de março de 2020

Despesas de amortização

Reclassificações

31 de março de 2021

Despesas de amortização

Reclassificações

31 de março de 2022

Valores líquidos em 31/03/2021

Valores líquidos em 31/03/2022

13.2 Arrendamentos: O valor líquido dos arrendamentos não atualizados como parte da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) é o seguinte:

(EM MILHARES DE R\$)

Despesas de contratos de curto prazo (< 1 ano)

Outros

Total Arrendamentos

14. PROVISÕES

As seguintes provisões são registradas como segue:

(EM MILHARES DE R\$)

Provisão trabalhista

Provisão ambiental

Outras

TOTAL

16. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

16.1 Ativos financeiros

Em 31 de março de 2022

(EM MILHARES DE R\$)

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber

Outros ativos financeiros circulantes

Total dos ativos financeiros circulantes

Contas a receber

Outros ativos financeiros não circulantes

Total dos ativos financeiros não circulantes

TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de março de 2021

(EM MILHARES DE R\$)

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber

Outros ativos financeiros circulantes

Total dos ativos financeiros circulantes

Contas a receber

Outros ativos financeiros não circulantes

Total dos ativos financeiros não circulantes

TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS

16.1.1 Contas a receber: Em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021, as contas a receber de clientes estavam assim representadas:

(EM MILHARES DE R\$)

31/12/2022

31/12/2021

31/12/2022

31/12/2021

31/12/2022

31/12/2021

(EM MILHARES DE R\$)	Terrenos	Prédios	Ferramentas, equip. e instalações	Planta portadora	Outros	Ativos de longo prazo em andamento	Ativo de direito de uso	TOTAL
31 de março de 2020	3.166	87.646	305.215	138.169	86.553	4.683	168.242	793.674
Aquisições	0	0	0	40.647	24.485	10.400	37.488	113.020
Reclassificações	0	0	7.280	(13.073)	(55.206)	(7.006)	(868)	(68.873)
Baixas	0	0	(1.434)	0	(1.938)	0	0	(3.372)
Outras alterações	0	0	0	0	0	0	(5.494)	(5.494)
31 de março de 2021	3.166	87.646	311.061	165.743	53.894	8.077	199.368	828.955
Aquisições	0	0	0	50.906	36.333	14.581	98.069	199.889
Reclassificações	1.827	0	9.260	13.074	(21.434)	(14.214)	(1.999)	(13.486)
Baixas	0	0	(152)	(25.094)	(965)	0	(4.589)	(30.800)
Outras alterações	0	0	0	0	0	0	0	0
31 de março de 2022	4.993	87.646						



USINA VERTENTE LTDA.

05.242.560/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

16.2.1 Financiamentos: As diferentes linhas de crédito de financiamentos estão apresentadas a seguir.

Em 31 de março de 2022 (EM MILHARES DE R\$)

Índice	Moeda	Tipo	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média de juros	Vencimento máximo
a / CDI	BRL	Capital de giro	18.846	5.741	24.587	16,2%	23/10/2025
b / LIBOR	USD	Pré-financiamento de exportação e financiamentos de LP	30.236	29.848	60.084	4,0%	31/01/2024
c / TLJP	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	12.334	42.519	54.853	9,3%	15/05/2028
d / UMBNDES	USD	Financiamento de investimentos (BNDES)	1.277	424	1.702	6,0%	17/07/2023
e / SELIC	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	301	41.629	41.930	16,2%	15/04/2037
Total a taxa variável			62.995	120.161	183.156	10,1%	
e / Taxa fixa	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	1.726	210	1.936	2,9%	15/10/2024
	BRL	Financiamento de investimentos (PCA)	153.766	0	153.766	8,3%	30/11/2022
Total a taxa fixa			155.492	210	155.702	8,2%	
Total de financiamentos antes do custo amortizado			218.487	120.371	338.858	9,2%	
Custo amortizado			(364)	(347)	(711)		
Total de financiamentos			218.124	120.024	338.147		
Passivo de arrendamento			22.518	229.932	252.450		
Total do endividamento			240.641	349.957	590.598		
Caixa e equivalentes de caixa					(123.075)		
Total do endividamento financeiro líquido					467.523		
Ativos financeiros com partes relacionadas					0		
Passivos financeiros com partes relacionadas					0		
Total do endividamento financeiro líquido incluindo partes relacionadas					467.523		

Em 31 de março de 2021 (EM MILHARES DE R\$)

Índice	Moeda	Tipo	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média de juros	Vencimento máximo
a / CDI	BRL	Capital de giro	2.387	134.463	136.850	7,0%	23/10/2025
b / LIBOR	USD	Pré-financiamento de exportação e financiamentos de LP	36.616	71.786	108.402	4,0%	31/01/2024
c / TLJP	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	12.436	54.629	67.065	7,6%	15/05/2028
d / UMBNDES	USD	Financiamento de investimentos (BNDES)	1.555	2.060	3.614	6,1%	17/07/2023
TOTAL A TAXA VARIÁVEL			52.993	262.938	315.931	6,1%	
e / Taxa fixa	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	5.136	1.938	7.074	2,8%	15/10/2024
	BRL	Financiamento de investimentos (PCA)	5.764	155.000	160.764	8,3%	30/11/2022
Total a taxa fixa			10.900	156.938	167.838	8,1%	
Total de financiamentos antes do custo amortizado			63.893	419.876	483.769	6,8%	
Custo amortizado			(1.029)	(711)	(1.740)		
Total de financiamentos			62.864	419.165	482.029		
Passivo de arrendamento			14.814	164.508	179.322		
Total do endividamento			77.678	583.673	661.351		
Caixa e equivalentes de caixa					(135.046)		
Total do endividamento financeiro líquido					526.305		
Ativos financeiros com partes relacionadas					0		
Passivos financeiros com partes relacionadas					0		
Total do endividamento financeiro líquido incluindo partes relacionadas					526.305		

Em 31 de março de 2021 (EM MILHARES DE R\$)

Índice	Moeda	Tipo	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média de juros	Vencimento máximo
a / CDI	BRL	Capital de giro	2.387	134.463	136.850	7,0%	23/10/2025
b / LIBOR	USD	Pré-financiamento de exportação e financiamentos de LP	36.616	71.786	108.402	4,0%	31/01/2024
c / TLJP	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	12.436	54.629	67.065	7,6%	15/05/2028
d / UMBNDES	USD	Financiamento de investimentos (BNDES)	1.555	2.060	3.614	6,1%	17/07/2023
TOTAL A TAXA VARIÁVEL			52.993	262.938	315.931	6,1%	
e / Taxa fixa	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	5.136	1.938	7.074	2,8%	15/10/2024
	BRL	Financiamento de investimentos (PCA)	5.764	155.000	160.764	8,3%	30/11/2022
Total a taxa fixa			10.900	156.938	167.838	8,1%	
Total de financiamentos antes do custo amortizado			63.893	419.876	483.769	6,8%	
Custo amortizado			(1.029)	(711)	(1.740)		
Total de financiamentos			62.864	419.165	482.029		
Passivo de arrendamento			14.814	164.508	179.322		
Total do endividamento			77.678	583.673	661.351		
Caixa e equivalentes de caixa					(135.046)		
Total do endividamento financeiro líquido					526.305		
Ativos financeiros com partes relacionadas					0		
Passivos financeiros com partes relacionadas					0		
Total do endividamento financeiro líquido incluindo partes relacionadas					526.305		

Financiamentos existentes na Empresa: A Empresa capta seus recursos financeiros predominantemente por meio de empréstimos bancários. Todas as taxas médias listadas abaixo são ponderadas pelos valores em aberto. Os empréstimos com taxa flutuante são baseados em uma taxa de referência variável (CDI, Libor USD...) à qual é adicionada uma margem contratual. A taxa de juros efetiva é a soma de ambos os itens e variam ao longo do tempo, mas uma taxa de juros média anual pode ser calculada conforme a tabela acima. **a / Financiamentos com base em CDI (CDI - Certificado de Depósitos Interbancários):** O valor em aberto dos financiamentos baseados no CDI é de R\$ 24,5 milhões em 31 de março de 2022, com um custo médio de 16,18%, considerando margem média de 4,06%. **b / Financiamentos com base em LIBOR (Denominados em USD):** A Empresa possui um contrato de Pré-Pagamento Exportação em dólar com o Rabobank com o objetivo de melhorar o hedge natural das receitas de exportação. A margem do empréstimo é de 3,75%. O saldo devedor desse contrato em 31 de março de 2022 é de R\$ 60 milhões. **c / Financiamentos baseados em TLJP (TLJP - taxa de juros estadual de longo prazo):** Os financiamentos de médio/longo prazo consistem em linhas de financiamento de equipamentos do BNDES e são denominados em reais. As margens aplicadas variam de 2,9% a 4,3% com média de 3,3%. O saldo devedor desses contratos em 31 de março de 2022 é de R\$ 55 milhões. **d / Financiamentos baseados em UMBNDES:** Uma linha específica de financiamento do BNDES está disponível e negociada com base em uma cesta de moedas (média dos empréstimos em moedas internacionais do BNDES - "Cesta de moedas") + spread + taxa básica do BNDES. O saldo em aberto é de R\$ 2 milhões em 31 de março de 2022 com margem aplicada de 3,3%. **e / Financiamentos com base na SELIC (SELIC - Taxa Básica de Juros definida pelo Banco Central do Brasil):** Durante a safra, a Empresa assinou um total de R\$ 40 milhões de dívidas com o BNDES com vencimento máximo em abril/2037. As margens aplicadas variam de 4,14 a 4,79% com média de 4,28%. **f / Financiamentos com taxa fixa:** Os financiamentos pré-fixados consistem principalmente em financiamentos de investimentos do BNDES de empréstimos de financiamento de equipamentos no Brasil (FINAME), linhas de capital de giro (Custeio) com o Bradesco. Em 31 de março de 2022, o saldo de financiamentos pré-fixados com o BNDES é de R\$ 2 milhões e com o Bradesco é de R\$ 154 milhões. **Taxa média de juros:** A taxa de juros média global é de 9,2% em 31 de março de 2022 contra 6,8% em 31 de março de 2021.

Detalhamento por moeda estrangeira: O detalhamento da dívida bruta em moeda estrangeira da Empresa em 31 de março de 2022 é apresentado a seguir:

Moeda	BRL	USD	Total
Milhares de R\$, em 31 de março de 2022	277.072	61.786	338.858
Milhares de R\$, em 31 de março de 2021	371.753	112.016	483.769

Reconciliação das movimentações nos empréstimos e financiamentos com a demonstração dos fluxos de caixa: A movimentação dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas abaixo:

(EM MILHARES DE R\$)	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial bruto	661.351	763.026
Movimentações que afetaram o Caixa	(159.837)	(150.426)
Captações	40.000	86.668
Pagamentos	(203.360)	(234.222)
Movimentação no passivo financeiro	3.523	(2.872)
Movimentações que não afetaram o Caixa	89.084	48.751
Ajustes a valor justo	(21.995)	3.996
impactos do IFRS16 (CPC 06 (R2))	110.050	43.483
Outros	1.029	1.272
Saldo final bruto	590.598	661.351
31 de março de 2022	1 a 2	2 a 3
(EM MILHARES DE R\$)	anos	anos
Em 31 de março de 2022	46.647	17.484
Em 31 de março de 2021	334.437	48.084

16.2.2 Cláusulas restritivas: Os índices abaixo referem-se aos covenants mais restritivos da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. e suas subsidiárias.

Tipo em 31 de março de 2022	Definição	Nível de acionamento
Endividamento líquido	Dívida líquida consolidada da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. / EBITDA ajustado consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	Max. 4.5
Cobertura da dívida serviço	EBITDA ajustado consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. / Despesas financeiras líquidas da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	Min. 2.0
Liquidez	Ativo circulante consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. / Passivo circulante consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	Min. 1.0

No começo de 2022, o Grupo acordou com as instituições financeiras a troca do covenant "Endividamento líquido consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. / patrimônio líquido da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A." (máx. 1,25) para "EBITDA ajustado consolidado da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. / Despesas financeiras líquidas da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A." (máx. 4,5) que é mais consistente com as empresas que operam no mesmo mercado. O Grupo está em conformidade com todas as suas cláusulas restritivas na data de emissão destas demonstrações financeiras.

16.2.3 Outros passivos financeiros

(EM MILHARES DE R\$)	Circulante	Não circulante
Impostos a pagar	5.880	5.141
Adiantamentos recebidos	5.749	3.374
Encargos sociais a pagar	10.324	9.123
Venda para entrega futura	8.680	9.199
Outros	13.268	8.045
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	43.901	34.882

A linha "Outros" refere-se principalmente a contas a pagar a fornecedores.

17. VALOR JUSTO

O valor justo dos ativos e passivos financeiros corresponde ao seu valor contábil, exceto para empréstimos, cujo valor justo em 31 de março de 2022 é apresentado na tabela abaixo. O valor justo é o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos: O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outros passivos circulantes aproximam-se dos respectivos valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Quando empréstimos de longo prazo à taxa fixa e à taxa variável são reconhecidos ao valor justo, o valor justo é determinado com base na estimativa dos fluxos de caixa descontados incorridos pelos pagamentos de juros e do principal. Para cada tipo de empréstimo, determinamos uma taxa de desconto a partir da comparação com a taxa de juros usada em transações similares realizadas no último período. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos, quando disponíveis. Investimentos em títulos e valores mobiliários que não são cotados a preço de mercado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser mensurado de forma confiável são mensurados ao custo menos quaisquer perdas no valor recuperável, normalmente calculada em relação à proporção da participação detida. A Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos com várias contrapartes, principalmente instituições financeiras com classificação de crédito no grau de investimento. Os derivativos mensurados com técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado são principalmente swaps de taxas de juros, contratos de câmbio a termo e contratos de commodities-futuros e opções. As técnicas de avaliação aplicadas com mais frequência incluem determinação de preço futuro e modelos de swap, utilizando cálculos a valor presente. A Empresa avalia os ativos biológicos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A Empresa aplica a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de ativos e passivos financeiros e ativos biológicos: • Nível 1: preços cotados (sem ajuste) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas segundo as quais todos os dados com efeito significativo no valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que utilizam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado e que não se baseiem em dados de mercado observáveis. Em 31 de março de 2022, a Empresa mantinha os seguintes itens mensurados ao valor justo:

(EM MILHARES DE R\$)	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros pelo valor justo	1.140			1.140
Derivativos cambiais (OTC)				
Derivativos de commodities	1.140			1.140
Ativos biológicos			83.236	83.236
Passivos financeiros pelo valor justo		127.741		127.741
Empréstimos		153.766		153.766
Derivativos de taxa de juros (OTC)				
Swaps		(8.806)		(8.806)
Derivativos cambiais (OTC)				
Empréstimos denominados em dólares designados como HFC		(17.219)		(17.219)
Total dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo numa base recorrente	1.140	(26.025)		(24.885)
Total dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo numa base não recorrente		- 153.766	83.236	237.002
Total dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo	1.140	127.741	83.236	212.117

A metodologia adotada pela Empresa para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros é descrita a seguir:

Impactos em um cenário provável

(EM MILHARES DE R\$)	+10%	-10%	+25%	-25%	+50%	-50%
Em 31 de março de 2022	(1.844)	1.844	(4.609)	4.609	(9.219)	9.219
Derivativos de taxa de juros	(709)	721	(1.751)	1.826	(3.432)	3.733
Negociação (impacto no resultado)	(2.553)	2.565	(6.360)	6.436	(12.651)	12.952
Total	(2.553)	2.565	(6.360)	6.436	(12.651)	12.952

Todas as taxas de juros variáveis foram submetidas a dois cenários de choque, considerando razoável uma variação de +/- 10% com base em observações das condições de mercado. Todas as demais variáveis dos valores subjacentes permaneceram constantes. Os valores subjacentes contemplam os empréstimos não protegidos por hedge, contrários a taxa variável e o valor justo dos derivativos de taxas de juros. Os impactos dessas possíveis variações seriam contabilizados na demonstração do resultado, à exceção do valor justo dos derivativos de taxas de juros contabilizados como hedge de fluxo de caixa, cujas variações causariam impacto em outros resultados abrangentes. **18.1.2 Gestão do risco cambial:** A Empresa utiliza instrumentos derivativos para fins de proteção (hedge) contra exposições a risco cambial, representados, principalmente, por contratos a termo com prazo de vencimento inferior a 12 meses e empréstimos contrários em USD para proteção dos preços de açúcar contra os efeitos da variação cambial. Esses derivativos são designados como hedge de fluxo de caixa. Os valores nominais e os valores justos dos instrumentos derivativos cambiais, detalhados por vencimento, são demonstrados como segue:

(EM MILHARES DE R\$)	Nacional	inferior a 1 ano	1-5 anos	superior a 5 anos	TOTAL	Valor justo
Em 31 de março de 2022						
Empréstimos USD qualificados em CFH		42.477			42.477	(17.219)
TOTAL CAMBIO			42.477		42.477	(17.219)

Sensibilidade na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes

A análise leva em conta quaisquer flutuações nas respectivas taxas de câmbio, considerando qual seria o impacto da variação dessas taxas na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes nos diferentes cenários abordados.

(EM MILHARES DE R\$)	Nacional	+10%	-10%	+25%	-25%	+50%	-50%
Em 31 de março de 2022							
Ativos e passivos	47.617	4.762	(4.762)	11.904	(11.904)	23.808	(23.808)
Ativos e passivos financeiros líquidos (impacto no resultado)	47.617	4.762	(4.762)	11.904	(11.904)	23.808	(23.808)
FX Derivativos (incluindo empréstimos USD qualificados como HFC)	42.477	(4.248)	4.248	(10.619)	10.619	(21.239)	21.239
Hedge de fluxo de caixa (impacto no patrimônio)	42.477	(4.248)	4.248	(10.619)	10.619	(21.239)	21.239
Derivativos de commodities	(88)	88	(221)	221	(442)	442	
Hedge de fluxo de caixa (impacto no patrimônio)	(88)	88	(221)	221	(442)	442	



USINA VERTEENTE LTDA.

05.242.560/0001-76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todos os itens denominados em moeda estrangeira foram incluídos na análise, bem como o impacto no valor justo dos derivativos de commodities denominados em USD, notadamente açúcar. O quadro acima demonstra os efeitos na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes da Empresa a possíveis variações nos respectivos pares de moedas (USD/BRL). A análise de sensibilidade foi preparada considerando razoável uma variação de +/- 10% a partir de observações gerais de mercado. Todas as demais variáveis permaneceram constantes. Os impactos dos diferentes cenários são apresentados na demonstração do resultado, à exceção daqueles sobre derivativos contabilizados como hedge de fluxo de caixa, cujos impactos seriam registrados em outros resultados abrangentes. **18.1.3 Gestão de risco de commodities:** Para fins de hedge contra o risco de preços de commodities, a Empresa pode adquirir e vender contratos de commodities a termo. As commodities negociadas são: açúcar bruto e açúcar refinado, representado os seus produtos finais. Os principais derivativos são designados como hedge de fluxo de caixa. Os valores notacionais dos instrumentos derivativos de commodities, por vencimento, são demonstrados a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Nocional	inferior a 1 ano	1-5 anos	superior a 5 anos	TOTAL	Valor justo
Em 31 de março de 2022						
Futuros	(408.912)		0	0	(408.912)	
em hedge de fluxo de caixa	(408.912)		0	0	(408.912)	1.140
TOTAL COMMODITIES	(408.912)		0	0	(408.912)	1.140

Sensibilidade na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de março de 2022	Nocional	Impactos em um cenário provável		Impactos em um cenário possível		Impactos em um cenário estressado	
		+10%	-10%	+25%	-25%	+50%	-50%
Derivativos de açúcar	(408.912)	(88)	88	(221)	221	(442)	442
Hedge de fluxo de caixa (impacto no patrimônio)	(408.912)	(88)	88	(221)	221	(442)	442
Total	(408.912)	(88)	88	(221)	221	(442)	442

do qual impacto no resultado
do qual impacto em outros resultados abrangentes
Os impactos dos diversos cenários estão divulgados com efeito nas demonstrações de resultado, exceto para aqueles relacionados aos derivativos de commodities contabilizados como hedge de fluxo de caixa onde os impactos seriam em outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

19. COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

Compromissos assumidos

(EM MILHÕES DE R\$)

	31/03/2022	31/03/2021
Compra de cana-de-açúcar	77.362	103.068

Compra de cana-de-açúcar: A Empresa firmou contratos para compra de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, no valor aproximado de 79 mil toneladas por safra a serem entregues no período de 2020 a 2025. Em 31 de março de 2022, o compromisso está estimado em R\$ 77.362, com base no preço médio, até 31 de março de 2022, de R\$ 164,21 por tonelada de cana-de-açúcar.

20. PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações operacionais com partes relacionadas:

Foram realizadas transações com as seguintes empresas:

(EM MILHARES DE R\$)

Entidades controladas pelo Grupo Tereos

	Vendas		Compras	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
b/ Tereos Commodities Suisse	101.950	160.155	6	0
Entidades controladas Tereos Açúcar e Energia Brasil (Controladora)				
a/ Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	32.522	15.048	58.569	35.653

(EM MILHARES DE R\$)

Entidades controladas pelo Grupo Tereos

	A receber		A pagar	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
b/ Tereos Commodities Suisse	0	0	0	0
Entidades controladas Tereos Açúcar e Energia Brasil (Controladora)				
a/ Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	12.581	7.809	86.482	8.055

a/ A Empresa compra e vende substancialmente açúcar e cana-de-açúcar. b/ Algumas atividades operacionais (venda de açúcar fora do mercado brasileiro) da Empresa foram realizadas com a Tereos Commodities Suisse (uma subsidiária da Tereos Coopera) em condições de mercado.

CONTADOR

Giovani Henrique Alves dos Santos - CRC SP-336385/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da Usina Vertente Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Vertente Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Vertente Ltda. em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes

de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia, 16 de agosto de 2022.



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA CRUZ ALTA S.A.

CNPJ: 08.296.841/0001-08

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de R\$)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de R\$)			
Ativo	Notas	31/03/2022	31/03/2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	699	5.069	Impostos de renda a pagar - circulantes	6	8	4
Outros ativos financeiros circulantes	10	1.110	1.109	Outros passivos circulantes	10	4.327	4.327
Impostos de renda a recuperar - circulantes		85	77	Total do passivo circulante		4.335	4.331
Total do ativo circulante		1.894	6.255	Perda em investimentos em coligadas e controladas	7	-	-
Investimento em coligadas e controladas	7	82.430	31.086	Total do passivo não circulante		-	-
Ágio	8	89.312	89.312	Total do passivo		4.335	4.331
Total do ativo não circulante		171.742	120.398	Capital social		57.360	57.360
				Reservas		116.527	73.047
				Outros resultados abrangentes acumulados		(4.587)	(8.085)
				Total do patrimônio líquido	9	169.300	122.322
Total do ativo		173.635	126.653	Total do passivo e do patrimônio líquido		173.635	126.653

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de R\$)						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de R\$)		
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva Especial	Outros resultados abrangentes acumulados	Total do patrimônio líquido	31/03/2022	31/03/2021
Em 1 de abril de 2020	57.360	7.090	14.188	17.065	(13.217)	82.487	48.478	34.692
Lucro do período	-	1.735	24.718	8.239	-	34.692	48.478	34.692
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	5.131	5.131	(1.446)	(2.643)
Resultado abrangente	-	1.735	24.718	8.239	5.131	39.824	1.361	2.488
Outros	-	-	11	-	-	11	51.286	39.823
Em 31 de março de 2021	57.360	8.825	38.917	25.304	(8.085)	122.322		
Lucro do período	-	2.424	34.542	11.514	-	48.479		
Declaração de dividendos	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	2.807	2.807		
Resultado abrangente	-	2.424	34.542	6.514	2.807	46.288		
Outros	-	-	-	-	691	691		
Em 31 de março de 2022	57.360	11.249	73.457	31.818	(4.587)	169.300		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, BASE DE APRESENTAÇÃO, PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

1.1 Informações sobre a Companhia: A Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A. ("Cruz Alta" ou "Companhia") é uma companhia brasileira, constituída em 15 de setembro de 2006 segundo as leis brasileiras, tem como objeto social e atividade preponderante manter participações societárias em empresas do setor sucroalcooleiro. A Companhia é uma controlada da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. Sede social: Rodovia Assis Chateaubriand, km 155 - Olímpia - São Paulo - Brasil. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas pela Administração e sua emissão aprovada pela diretoria em reunião realizada em 16 de agosto de 2022. **1.2 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - "IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando ao preparar estas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos biológicos, instrumentos financeiros, ativos disponíveis para venda, que são mensurados ao valor justo. As coligadas são empresas sobre as quais, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto, a Companhia exerce influência significativa, que é presumida quando o percentual de direitos de voto, direto ou indireto, pela Companhia é igual ou superior a 20%, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Caso a Companhia tenha, direta ou indiretamente, menos de 20% do poder de voto, presume-se que não tenha influência significativa sobre a investida, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, as parcelas atribuíveis à Empresa sobre o lucro ou prejuízo líquido do período desses investimentos são registradas na demonstração do resultado sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a controladora e as investidas são eliminados com base no percentual de participação nas investidas. Os outros resultados abrangentes de coligadas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Empresa sob a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. A Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A., controladora direta da Companhia, e a Tereos Internacional S.A., controladora indireta da Companhia, elaboraram um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre as quais foi emitido relatório de auditoria independente em separado, não contendo qualquer modificação, com data de 24 de junho de 2022 e 30 de junho de 2022, respectivamente. Desse modo, a Companhia, conforme facultado pelas normas contábeis, deixou de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulantes/não circulantes. Um ativo é circulante quando: • Se espera que seja realizado, vendido ou consumido dentro do ciclo operacional normal; • É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; • Houver expectativa de que seja realizado dentro do período de 12 meses da data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é circulante quando: • É esperada sua liquidação dentro do ciclo operacional normal; • É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; • Sua liquidação deva ocorrer obrigatoriamente dentro de 12 meses da data do balanço. A Companhia classifica todas as demais obrigações como passivo não circulante. Os ativos/passivos fiscais diferidos estão classificados como não circulantes. O exercício social da Companhia vai de 1º de abril de cada ano a 31 de março do ano seguinte. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **1.3 Normas e interpretações obrigatórias após 1º de abril de 2021:** As seguintes normas e interpretações e normas revisadas entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2020 e não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia:

Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Atualizações do IFRS 9 (CPC 48)	01/01/2021
Atualizações do IAS 39 (CPC 38)	01/01/2021
Atualizações do IFRS 7 (CPC 40 (R1))	01/01/2021
Atualizações do IFRS 16 (CPC 06 (R2))	01/01/2021

* Em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após essas datas. Além disso, como parte da reforma de índices de taxas de juros, tais como as taxas interbancárias (IBOR), o IASB publicou uma alteração ao IFRS 9 (CPC 48 (R1)) "Instrumentos financeiros" e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) "Instrumentos financeiros: divulgações", adotados pela União Europeia em 13 de janeiro de 2021, aplicada prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2020. A reforma das taxas de juro de referência, que conduzirá à substituição das taxas EONIA e IBOR a partir de 1 de janeiro de 2022, afeta ou irá afetar determinados instrumentos financeiros e operações de cobertura do Grupo. Os principais índices utilizados pelo Grupo e afetados pela reforma são a Euribor e a Libor USD. O objetivo dessas alterações, que o Grupo opta por aplicar antecipadamente a partir de 1º de abril de 2020, conforme autorizado pela norma para a fase 2, é especificar o que constitui uma alteração na taxa contratual e introduzir ajustes direcionados para permitir que a contabilidade de hedge seja mantida. Encontra-se em curso a identificação dos respectivos contratos e respectiva análise, estando em curso discussões com algumas contrapartes para integrar estas alterações nos índices. As coberturas em causa estão essencialmente expostas à Euribor a 1 mês, Euribor a 3 meses, bem como à Libor USD a 3 meses e a 6 meses. **1.4 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2022**

sem adoção antecipada pela Companhia: As seguintes normas e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2022 podem ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Atualizações do IFRS 3 (CPC 15 (R1))	01/01/2022
Atualizações do IFRS 16 (CPC 27)	01/01/2022
Atualizações do IAS 37 (CPC 25)	01/01/2022
Atualizações do IFRS 9 (CPC 48)	01/01/2022
Atualizações do IAS 1 (CPC 26 (R1))	01/01/2022
Atualizações do IAS 8 (CPC 23)	01/01/2022
Atualizações do IAS 12 (CPC 32)	01/01/2023

* Em vigor para os exercícios sociais a partir dessa data. **1.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia, a administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Desse modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 poderão ser alteradas posteriormente. **1.5.1 Julgamentos:** A Administração da Companhia utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações, sempre que as normas IFRS e interpretações vigentes não tratarem especificamente dos respectivos assuntos contábeis: • Uma vez que as IFRS e BR GAAP não fornecem orientação específica sobre combinações de negócios de entidades sob controle comum, a Companhia aplicou o método da combinação de participações ("pooling of interests") quando necessário. **1.5.2 Estimativas:** A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação das premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:

Nota	Estimativa	Natureza da divulgação
Nota 6	Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecer os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais. Premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos, o valor justo da remuneração recebida e, portanto, o ágio.
Nota 8	Ágio	Premissas utilizadas para determinar o valor justo das diversas categorias dos instrumentos financeiros.
Nota 10	Ativos e passivos financeiros	

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas da Companhia são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas e coligadas é registrado inicialmente ao custo de aquisição, determinado na data de aquisição. Após a aquisição, o valor contábil do investimento apresentado no balanço patrimonial é ajustado, de modo a refletir as alterações na participação da Companhia no patrimônio líquido contábil, incluindo o resultado abrangente do período. O ágio referente às controladas e coligadas é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das controladas e coligadas. Qualquer mutação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Além disso, quando houver qualquer mutação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da controlada ou coligada, a Companhia reconhece sua participação nessa mutação, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados com base no percentual de participação nas controladas e coligadas. O total da participação da Companhia no resultado de uma controlada e coligada é apresentado na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, e representa o resultado após impostos nas subsidiárias da controlada e coligada. As demonstrações financeiras das controladas e coligadas são preparadas para a mesma data-base de apresentação da Companhia. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis àquelas da Companhia. Caso a participação da Companhia nas perdas de uma controlada ou coligada seja maior ou igual ao seu investimento nessa empresa, incluindo quaisquer créditos não garantidos, a Companhia não reconhecerá perdas adicionais, a menos que tenha uma obrigação de efetuar ou já tenha efetuado pagamentos em nome da controlada ou coligada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia verifica a necessidade de reconhecer uma perda no valor recuperável de seu investimento nas controladas e na coligada. A Companhia determina, a cada data de apresentação, se há qualquer evidência objetiva de que o investimento na coligada tenha sofrido perda no valor recuperável. Nesse caso, a Companhia calcula o valor da perda como sendo a diferença entre o valor recuperável da controlada ou coligada e seu valor contábil, e reconhece esse montante na demonstração do resultado. Quando um investimento deixa de ser uma controlada ou coligada, a Companhia passa a calcular e reconhecer o investimento remanescente a valor justo. Eventuais diferenças entre o valor contábil da controlada ou coligada, por ocasião da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e resultados decorrentes de sua alienação são reconhecidas na demonstração do resultado. Entidades nas quais a Companhia não exerce influência significativa são mensuradas a valor justo e classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda. **2.2 Transações em moedas estrangeiras:** No reconhecimento inicial, as transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia à taxa de câmbio em vigor na data da transação. No encerramento do exercício, os ativos e passivos financeiros são convertidos à taxa de câmbio de fechamento ou à taxa de hedge, conforme o caso; as variações cambiais resultantes dessas conversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Receitas e despesas financeiras". **2.3 Combinações de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da Companhia no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b)

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido	48.479	34.692
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado		
Reserva de hedge de fluxo de caixa *	2.807	5.131
Cujo efeito do imposto de renda	(1.446)	(2.643)
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	1.361	2.488
Total do resultado abrangente	51.286	39.823

(*) cujas companhias são registradas pela equivalência patrimonial.

e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Quando a contabilização inicial de combinação de negócios estiver incompleta no fim do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o Companhia reportará valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou ativos ou passivos adicionais são reconhecidos para refletir nova informação obtida sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos naquela data, teriam impactado os montantes então reconhecidos. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pelo adquirente na adquirida será remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela entidade adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. As alterações posteriores no valor justo da contraprestação contingente que seja considerada ativo ou passivo financeiro serão reconhecidas segundo a norma internacional IFRS 9 (CPC 48) no resultado ou como uma variação em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada no patrimônio, não deverá ser remensurada até sua liquidação definitiva no patrimônio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Companhia que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. O ágio correspondente a entidades consolidadas é apresentado na rubrica específica "Ágio" no balanço patrimonial consolidado. De acordo com o método patrimonial, o ágio para entidades consolidadas é incluído em "Investimentos em coligadas". **2.4 Imobilizado:** O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição (preço de compra acrescido de custos incidentais necessários para colocar o ativo em operação) ou pelo custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e em condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração, exceto no contexto de uma combinação de negócios. Quando certos componentes do imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, aplica-se o método dos componentes, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses ativos substituídos é baixado. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo:

Edificações	20 - 40 anos
Utensílios e melhorias em edificações	10 - 20 anos
Instalações técnicas, equipamentos e ferramentas industriais	10 - 15 anos
Equipamentos de escritório	5 anos
Equipamentos de transporte	5 anos

2.5 Redução ao valor recuperável de ativos: De acordo com as disposições da norma IAS 36 "Impairment of Assets" (CPC 01 (R1)), ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no último trimestre da safra a nível do Grupo. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC. O ágio é alocado a unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que deverão se beneficiar com as combinações de negócios nas quais o ágio foi registrado. Um teste de perda no valor recuperável consiste em comparar o valor contábil de um ativo, uma UGC ou um grupo de UGC com seu valor recuperável, que é o maior entre o valor líquido da venda e o valor em uso. O valor em uso é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, que se espera receberem do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. Os fluxos de caixa utilizados como base de cálculo para o valor em uso são obtidos com base nos planos de médio prazo das UGC. As premissas utilizadas para o aumento da receita total e dos fluxos de caixa terminais são consideradas razoáveis e consistentes com os dados disponíveis no mercado para cada UGC. O valor líquido da venda corresponde ao montante que poderia ser obtido com a venda de um ativo (ou grupo de ativos), em condições normais de concorrência, menos os custos relacionados diretamente à venda. Quando o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do ágio. As perdas reconhecidas no valor recuperável do ágio não podem ser revertidas em períodos subsequentes. **2.6 Ativos financeiros:** O IFRS 9 (CPC 48) fornece uma abordagem única para a classificação e mensuração de ativos financeiros, com base nas características do instrumento financeiro e na intenção da administração da

>>>Continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA CRUZ ALTA S.A.

CNPJ: 08.296.841/0001-08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

Companhia com os seguintes resultados: • ativos financeiros com fluxos de caixa que são representativos do pagamento de principal e juros apenas são mensurados pelo custo amortizado se forem administrados exclusivamente para fins de cobrança desses fluxos; • em outros casos, os ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto por instrumentos patrimoniais (participações societárias, etc.) não mantidos para negociação e com alterações no valor que, na eleição, afetam "outros resultados abrangentes". O impacto desses princípios nos ativos é refletido da seguinte forma no balanço patrimonial da Companhia: Os ativos financeiros incluem as seguintes categorias contábeis: participações societárias não consolidadas, aplicações financeiras, empréstimos e recebíveis e instrumentos financeiros derivativos. Na data de aquisição, a Companhia determina a classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias contábeis. **Investimentos não consolidados e investimentos financeiros ao valor justo:** Esta categoria inclui principalmente participações societárias não consolidadas e títulos de dívida que não atendem às definições de outras categorias de ativos financeiros. A Companhia optou por reconhecer a mudança no valor justo de seus investimentos em outros resultados abrangentes porque eles atendem à definição de instrumento de patrimônio e não são mantidos para negociação exceto ações mantidas em fundos de investimento com alterações no valor justo reconhecida no resultado financeiro líquido. Os investimentos são registrados pelo valor justo na data do balanço. Os títulos que não possuem cotação de preço de mercado em um mercado ativo e cujo valor justo não possa ser mensurado de forma confiável são registrados ao custo, deduzido de perdas por redução ao valor recuperável, geralmente calculadas sobre a proporção do capital detido. **Empréstimos e recebíveis:** Os créditos comerciais e outros recebíveis e empréstimos são registrados pelo custo amortizado, o qual corresponde ao seu valor nominal. A parcela de contas a receber e empréstimos não cobertos por seguro de crédito dá origem ao registro de uma perda por redução ao valor recuperável tão logo os recebíveis são registrados, até as perdas esperadas no vencimento. Isso reflete a probabilidade de inadimplência das contrapartes e a taxa de perda esperada, avaliada, conforme apropriado, com base em estatísticas históricas, informações fornecidas pelas agências de rating de crédito ou classificações dadas pelas agências de classificação. Quando o prazo de vencimento dos créditos e recebíveis é superior a um ano, seus valores são descontados, cujos efeitos são reconhecidos no resultado financeiro líquido, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis são sujeitos a testes para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, desde que haja indícios de perda de valor. As cessões de créditos com possível recurso contra o cedente em caso de não pagamento pelo devedor não são desreconhecidas. Os custos de cessão de recebíveis são registrados no resultado operacional. **2.7 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores disponíveis, depósitos bancários, depósitos de curto prazo (resgatáveis no prazo de até três meses da data de aquisição) sem risco significativo de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros, e aplicações no mercado aberto que apresentam liquidez imediata e estão sujeitas a riscos insignificantes de variação no valor. **2.8 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação (legal, contratual ou constituída) perante um terceiro, desde que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que resulte em uma saída de recursos. Se o respectivo valor ou vencimento não puder ser estimado de maneira confiável ou quando não é provável que exista uma obrigação presente, é considerado um passivo contingente. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, o montante da provisão será determinado pelo valor presente dos desembolsos futuros esperados. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente deve refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados com as obrigações que estão sendo mensuradas. O efeito desse desconto é registrado em despesas financeiras. Uma provisão será constituída quando essa reorganização tiver sido objeto de comunicado e planejamento detalhado ou quando iniciada sua execução. **2.9 Passivos financeiros:** Esta categoria inclui: • Passivos financeiros ao custo amortizado; • Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial; • Passivos financeiros classificados como mantidos para negociação, incluindo passivo de derivativos (exceto derivativos de hedge); • Compromissos de compra de participações não controladoras. **Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado:** Com exceção de passivos financeiros ao valor justo e derivativos mensurados e reconhecidos ao valor justo, empréstimos captados e outros passivos financeiros são mensurados e reconhecidos inicialmente ao valor justo e, então, ao custo amortizado, de acordo com o método da Taxa de Juros Efetiva "TJE". De acordo com as políticas contábeis do Grupo, a Companhia está considerando na sua Demonstração do Fluxo de Caixa os juros pagos como fluxo de caixa de atividade de financiamento. **Mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros conversíveis:** Os títulos conversíveis são segregados como componentes do passivo e do patrimônio líquido com base nos prazos dos contratos. Na emissão dos títulos conversíveis, o valor justo do componente do passivo é determinado usando uma taxa de mercado para títulos equivalentes não conversíveis. Esse valor é classificado como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (líquido dos custos da transação) até que seja extinto no momento da conversão ou resgate. O saldo restante é atribuído à opção de conversão que é reconhecida e incluída no patrimônio líquido, líquida dos custos da transação. O valor contábil da opção de conversão não é atualizado nos exercícios subsequentes. Os custos da transação são rateados entre os componentes dos títulos conversíveis registrados no passivo e no patrimônio líquido, com base na alocação do resultado para os componentes do passivo e do patrimônio líquido, quando os instrumentos são inicialmente reconhecidos. **Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Quando um passivo financeiro pode ser reconhecido ao valor justo em sua totalidade—como no caso de um passivo com derivativo embutido—a Companhia registra o passivo pelo seu valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado financeiro. **Compromissos de compra de participações não controladoras.** De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), opções de venda concedidas incondicionalmente a terceiros detentores de participações não controladoras em subsidiárias consolidadas integralmente devem ser consideradas um passivo financeiro. A Companhia reconhece as opções de compra concedidas a terceiros detentores de participações não controladoras em passivo financeiro pelo valor justo da opção, com uma contrapartida redutora das participações não controladoras. Qualquer variação entre o valor justo do passivo e as participações não controladoras pertinentes é reconhecida no patrimônio atribuível aos proprietários da controladora. O passivo é estimado em consonância com os preços ou fórmulas definidos nos respectivos contratos. Quando as fórmulas são baseadas em um múltiplo de receita após a dedução da dívida, o valor do passivo referente à opção é estimado de acordo com as previsões de receita e endividamento líquido para o período de exercício da opção. Alterações subsequentes no valor justo desses passivos, incluindo os efeitos do desconto, são reconhecidas em patrimônio líquido. **2.10 Impostos sobre a renda:** Impostos sobre a renda apresentados na demonstração do resultado incluem a despesa/receita de imposto de renda corrente e diferido. **Imposto de renda corrente:** Calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é diferente do lucro líquido antes dos impostos apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui as receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis, respectivamente, em outros períodos, bem como as receitas ou despesas que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O ativo ou passivo do imposto de renda corrente é reconhecido no balanço patrimonial, utilizando alíquotas fiscais vigentes no encerramento do exercício. **Imposto de renda diferido:**

Segundo a IAS 12 (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais. Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado. Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Companhia. Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias internacionais e especificamente econômica em que o Grupo atua, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais. O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis. Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente. Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes.

3. PRINCIPAIS AQUISIÇÕES, VENDAS E MOVIMENTAÇÕES NO PERÍODO

3.1 Efeitos da crise de saúde da Covid 19

Desde 2020, o ambiente econômico tem sido profundamente impactado pela crise sanitária da Covid-19, que afetou todas as empresas. A empresa está tomando medidas para garantir a segurança de seus funcionários e continuar a atender às necessidades de seus clientes neste cenário. A empresa ajustou seus ambientes de trabalho e operações para cumprir as recomendações das diversas autoridades sanitárias. Neste contexto, todas as nossas instalações de produção permaneceram totalmente operacionais durante os bloqueios da Covid-19.

4. DESPESAS POR NATUREZA

A análise de despesas por natureza é descrita a seguir:

Nota	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Equivalência patrimonial	48.289	34.600
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	48.289	34.600
Equivalência patrimonial	48.289	34.600
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	48.289	34.600

5. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

5.1 Despesas e receitas financeiras (EM MILHARES DE R\$)

Nota	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
Receitas de juros	243	114
Receitas financeiras	243	114
Despesa de juros	(11)	(3)
Despesas financeiras	(11)	(3)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS	232	111
Das quais: Receitas (despesas) de juros líquidas	232	111

6. IMPOSTO DE RENDA

6.1 Imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado: A composição da despesa de imposto de renda é apresentada a seguir:

Nota	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Imposto de renda corrente	(42)	(19)
Imposto de renda diferido	0	0
TOTAL	(42)	(19)

A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

Nota	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Lucro (prejuízo) líquido	48.479	34.692
Equivalência patrimonial	48.289	34.600
Receita (despesa) de imposto de renda	(42)	(19)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e equivalência patrimonial	232	111
Alíquota fiscal do imposto de renda no Brasil	34%	34%
Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil	(79)	(38)
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	42	19
Ajustes para conciliar imposto de renda	37	19
IMPOSTO DE RENDA EFETIVO	(42)	(19)
Alíquota efetiva de imposto de renda	18%	17%

6.2 Imposto de renda no balanço patrimonial
A posição de imposto de renda corrente e diferido no balanço patrimonial está apresentada a seguir:

Nota	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Imposto de renda corrente ativo	85	77
Imposto de renda corrente passivo	8	(4)
Total do imposto de renda corrente	77	73
Imposto de renda diferido passivo	0	0
Total do imposto de renda diferido	0	0

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os principais investimentos em controladas e coligadas em 31 de março de 2022 estão apresentados a seguir:

Nota	% de participação	Capital emitido	Patrimônio líquido		Investimento Total	Resultado da equivalência patrimonial
			31/03/2022	31/03/2021		
Em 31 de março de 2022 (EM MILHÕES DE R\$)						
Usina Vertente Ltda.	50,00%	32.024	145.267	72.634	45.722	
Terminal Portuário de Paranaguá S.A.	35,00%	8.345	27.989	9.796	2.568	
TOTAL				82.430	48.289	
Em 31 de março de 2021 (EM MILHÕES DE R\$)						
Usina Vertente Ltda.	50,00%	32.024	48.207	24.103	31.188	
Terminal Portuário de Paranaguá S.A.	35,00%	8.345	19.950	6.983	3.412	
TOTAL				31.086	34.600	

8. ÁGIO

8.1 Ágio por unidade geradora de caixa: O ágio foi alocado às seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para fins de teste do valor recuperável:

Nota	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
(EM MILHARES DE R\$)		
Usina Vertente Ltda	73.768	73.768
Terminal Portuário de Paranaguá S.A.	15.544	15.544
TOTAL DO ÁGIO LÍQUIDO	89.312	89.312

A análise anual de impairment foi realizada em nível consolidado pela controladora Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A. e não foram identificados indicadores de perdas no valor recuperável.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital social

(EM MILHARES DE R\$)	Quantidade de ações	Capital emitido
Saldo em 31 de março de 2020	1.624.550.087	57.360
Saldo em 31 de março de 2021	1.624.550.087	57.360
Saldo em 31 de março de 2022	1.624.550.087	57.360

9.2 Lucro (prejuízo) por ação: O número médio de ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro por ação é de 1.624.550.087 ações no exercício encerrado em 31 de março de 2022. Para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021, o lucro líquido por ação é o mesmo que o básico. O lucro por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 somou R\$ 0,03 e R\$ 0,02, respectivamente.

9.3 Reserva legal: De acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será destinado como reserva legal, que não excederá 20% do capital social e, acrescido das reservas de capital, a 30% do capital social. **9.4 Retenção de lucros:** O saldo de lucros não distribuídos é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral. **9.5 Dividendos propostos e pagos:** De acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber a título de dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro anual líquido (lucro líquido atribuível aos proprietários da Controladora) ajustado pelos seguintes itens: (i) constituição da reserva legal; (ii) movimentações na provisão para contingências; (iii) reserva de incentivos fiscais; e (iv) realização da reserva de lucros a realizar.

10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

10.1 Ativos financeiros

Nota	Exercício findo em		Instrumentos financeiros qualificados como hedge de	Total
	31/03/2022	31/03/2021		
(EM MILHARES DE R\$)				
Caixa e equivalentes de caixa	10.1.1	0	699	0 699
Outros ativos financeiros circulares	10.1.2	1.110	0	0 1.110
Total dos ativos financeiros circulares		1.110	699	0 1.809
Total dos ativos financeiros		1.110	699	0 1.809

Nota	Exercício findo em		Instrumentos financeiros qualificados como hedge de	Total
	31/03/2022	31/03/2021		
(EM MILHARES DE R\$)				
Caixa e equivalentes de caixa	10.1.1	0	5.069	0 5.069
Outros ativos financeiros circulares	10.1.2	1.109	0	0 1.109
Total dos ativos financeiros circulares		1.109	5.069	0 6.178
Total dos ativos financeiros		1.109	5.069	0 6.178

10.1.1 Caixa e equivalentes de caixa: A conciliação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa é a seguinte:

Nota	Exercício findo em		31/03/2022		31/03/2021	
	31/03/2022	31/03/2021	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
(EM MILHARES DE R\$)						
Caixa e equivalentes de caixa			699	5.069	699	5.069
Caixa e equivalentes de caixa			699	5.069	699	5.069

10.1.2 Outros Ativos financeiros

Nota	Exercício findo em		31/03/2022		31/03/2021	
	31/03/2022	31/03/2021	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
(EM MILHARES DE R\$)						
Impostos a recuperar			564	563	0	0
Outros			546	546	0	0
Outros ativos financeiros			1.110	1.109	0	0

10.2 Passivos financeiros: As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Nota	Exercício findo em		Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros qualificados como hedge de	Total
	31/03/2022	31/03/2021			
(EM MILHARES DE R\$)					
Empréstimos e financeiros ao custo amortizado	10.2.1	4.327	0	0	0 4.327
Outros passivos financeiros circulares		4.327	0	0	0 4.327
Total dos passivos financeiros		4.327	0	0	0 4.327

Em 31 de março de 2022 (EM MILHARES DE R\$)

Nota	Exercício findo em		Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros qualificados como hedge de	Total
	31/03/2022	31/03/2021			
(EM MILHARES DE R\$)					
Outros passivos financeiros circulares	10.2.1	4.327	0	0	0 4.327
Total dos passivos financeiros		4.327	0	0	0 4.327

Em 31 de março de 2021 (EM MILHARES DE R\$)

Nota	Exercício findo em		Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros qualificados como hedge de	Total
	31/03/2022	31/03/2021			
(EM MILHARES DE R\$)					
Outros passivos financeiros circulares	10.2.1	4.327	0	0	0 4.327
Total dos passivos financeiros		4.327	0	0	0 4.327

10.2.1 Outros passivos financeiros

Nota	Exercício findo em		Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Instrumentos financeiros qualificados como hedge de	Total
	31/03/2022	31/03/2021			
(EM MILHARES DE R\$)					
Outros			4.327	4.327	0 0
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			4.327	4.327	0 0

* Refere-se substancialmente a saldo a pagar aos antigos acionistas da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A., que está retido até a conclusão do trânsito em julgado de certas contingências na empresa adquirida.

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui saldos com partes relacionadas em 31 de março de 2022 ou em 31 de março de 2021

CONTADOR

Giovani Henrique Alves dos Santos - CRC SP-336385/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A. em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstrações financeiras consolidadas:** A Tereos Açúcar e Energia Cruz Alta S.A., controladora direta da Companhia, e a Tereos Internacional S.A., controladora indireta da Companhia, elaboraram um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente em separado, não contendo qualquer modificação, com data de 24 de junho de 2022 e 30 de junho de 2022, respectivamente. Desse modo, a Companhia, conforme facultado pelas normas contábeis, deixou de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é



TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA CRUZ ALTA S.A.

CNPJ: 08.296.841/0001-08

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o

objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Goiânia, 16 de agosto de 2022.

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





TEREOS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.100.968/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de R\$)					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de R\$)						
Ativo	Notas	31/03/2022	31/03/2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/03/2022	31/03/2021		Notas	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.316	6.999	Imposto de renda a pagar - circulante		-	13	Equivalência patrimonial	5	(38.487)	(14.516)
Impostos de renda a recuperar - circulantes		2.318	2.021	Outros passivos financeiros circulantes		16	100	Outras despesas operacionais		(62)	(6)
Outros ativos financeiros circulantes		152	368	Total do passivo circulante		16	114	Lucro (prejuízo) operacional		(38.549)	(14.522)
Total do ativo circulante		9.787	9.388	Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas		1.619.115	-	Despesas financeiras		(59.754)	(1.493)
Investimentos em coligadas	5	2.328.608	394.161	Total do passivo não circulante		1.619.115	-	Receitas financeiras		3.143	157
Total do ativo não circulante		2.328.608	394.161	Total do passivo		1.619.131	114	Resultado financeiro líquido	4	(56.611)	(1.336)
				Capital social		326.993	326.993	Lucro (prejuízo) líquido antes dos impostos		(95.160)	(15.850)
				Reservas		(132.618)	(39.603)	Imposto de renda e contribuição social	3	(12)	(31)
				Outros resultados abrangentes acumulados		524.889	116.045	Lucro (prejuízo) líquido		(95.172)	(15.890)
				Total do patrimônio líquido	6	719.264	403.436				
Total do ativo		2.338.395	403.549	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.338.395	403.549				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de R\$)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2020	326.993	13.380	787	(52.680)	76.820	365.300
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(15.890)	-	(15.890)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	55.923	55.923	40.033
Resultado abrangente	-	-	-	(15.890)	55.923	40.033
Outros (*)	-	-	-	14.800	(16.697)	(1.897)
Em 31 de março de 2021	326.993	13.380	787	(53.770)	116.045	403.436
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(95.172)	-	(95.172)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	408.843	408.843	313.671
Resultado abrangente	-	-	-	(95.172)	408.843	313.671
Outros (*)	-	-	-	2.158	-	2.158
Em 31 de março de 2022	326.993	13.380	787	(146.785)	524.889	719.264

*Referem-se a efeitos de transações de patrimônio líquido de controladas, registrados de forma reflexa no patrimônio líquido da Empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA, BASE DE APRESENTAÇÃO, PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

1.1 Informações sobre a Empresa: A Tereos do Brasil Participações Ltda. ("Empresa" ou "Tereos do Brasil") é uma empresa brasileira constituída em 30 de agosto de 2010 segundo as leis brasileiras, com sede na cidade de Olímpia, estado de São Paulo, Brasil. A Empresa é controlada da Tereos Agro Industrie, empresa com sede em Origny-Sainte-Benoite, França e controladora do Grupo Tereos Internacional ("Grupo"). A atividade principal da Tereos do Brasil é a participação na Tereos Internacional S.A., controladora do Grupo Tereos Internacional ("Grupo"), que produz e distribui açúcar, álcool, amido e bioenergia (etanol e eletricidade). As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas pela Administração e sua emissão aprovada pela diretoria em 17 de agosto de 2022. **1.2 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - "IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Empresa. A Administração realiza uma avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando ao preparar estas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. As coligadas são empresas sobre as quais, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto, a Empresa exerce influência significativa, que é presumida quando o percentual de direitos de voto, direto ou indireto, pela Empresa é igual ou superior a 20%, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Caso a Empresa tenha, direta ou indiretamente, menos de 20% do poder de voto, presume-se que não tenha influência significativa sobre a investida, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, as parcelas atribuíveis à Empresa sobre o lucro ou prejuízo líquido do período desses investimentos são registradas na demonstração do resultado sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a controladora e as investidas são eliminados com base no percentual de participação nas investidas. Os outros resultados abrangentes de controladas e coligadas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Empresa sob a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os métodos contábeis estabelecidos abaixo foram aplicados de forma consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtópicos apresentados nos quadros. A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulantes/não circulantes. Um ativo é circulante quando: • Se espera que seja realizado, vendido ou consumido dentro do ciclo operacional normal; • É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; • Houver expectativa de que seja realizado dentro do período de 12 meses da data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é circulante quando: • É esperada sua liquidação dentro do ciclo operacional normal; • É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; • Sua liquidação deva ocorrer obrigatoriamente dentro de 12 meses da data do balanço. A Empresa classifica todas as demais obrigações como passivo não circulante. Os ativos/passivos fiscais diferidos estão classificados como não circulantes. O exercício social da Empresa vai de 1º de abril de cada ano a 31 de março do ano seguinte. Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Normas e interpretações obrigatórias após 1º de abril de 2020: As seguintes normas e interpretações e normas revisadas entraram em vigor a partir de 1 de abril de 2021 e não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras anuais da Empresa, discorrido abaixo:

Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Atualizações do IFRS 9 (CPC 48)	01/01/2021
Atualizações do IAS 39 (CPC 38)	01/01/2021
Atualizações do IFRS 7 (CPC 40 (R11))	01/01/2021
Atualizações do IFRS 16 (CPC 06 (R2))	01/01/2021
Atualizações do IFRS 3 (CPC 15 (R11))	01/01/2022
Atualizações do IFRS 16 (CPC 27)	01/01/2022
Atualizações do IAS 37 (CPC 25)	01/01/2022
Atualizações do IFRS 9 (CPC 48)	01/01/2022
Atualizações do IAS 1 (CPC 26 (R11))	01/01/2022
Atualizações do IAS 8 (CPC 23)	01/01/2023
Atualizações do IAS 12 (CPC 32)	01/01/2023

* Em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após essas datas

1.4 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2022 sem adoção antecipada pela Empresa: Os seguintes padrões e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2022 podem ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:

Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Combinação de negócios	01/01/2022
Ativo Imobilizado	01/01/2022
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	01/01/2022
Instrumentos Financeiros	01/01/2022
Apresentação das Demonstrações Contábeis	01/01/2022
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	01/01/2023
Tributos sobre o lucro	01/01/2023

* Em vigor para os exercícios sociais a partir dessa data

1.5 Uso de julgamentos e estimativas: Na preparação das demonstrações financeiras da Empresa, a Administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Desse modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 poderão ser alteradas posteriormente. **1.5.1 Julgamentos:** • A Administração do Grupo utiliza seu julgamento para definir as práticas contábeis adequadas a serem aplicadas à determinadas transações, sempre que as normas IFRS e interpretações vigentes não tratarem especificamente dos respectivos assuntos contábeis; Uma vez que as IFRS e BR GAAP não fornecem orientação específica sobre combinações de negócios de entidades sob controle comum, o Grupo aplicou o método da combinação de participações ("pooling of interests") quando necessário. **1.5.2 Estimativas:** A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação das premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:

Nota	Estimativa	Natureza da divulgação
Nota 3	Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecer os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais.
Nota 4	Ágio	Premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos, o valor justo da remuneração recebida e, portanto, o ágio.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Transações em moedas estrangeiras: No reconhecimento inicial, as transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Empresa à taxa de câmbio em vigor na data da transação. No encerramento do exercício, os ativos e passivos financeiros são convertidos à taxa de câmbio de fechamento ou à taxa de hedge, conforme o caso; as variações cambiais resultantes dessas conversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Receitas e despesas financeiras". **2.2 Conversão das demonstrações financeiras denominadas em moedas estrangeiras:** A moeda funcional de uma empresa é a moeda do principal ambiente econômico em que está evoluindo e deve ser a moeda que melhor reflète seus negócios e operações. Com base nessa análise, a Administração concluiu que, a partir de 1º de abril de 2020, o Euro (EUR) é a moeda funcional da Empresa e esta conclusão se baseia na análise dos seguintes indicadores: • A Empresa é uma holding que atua em nome da Tereos Agro Industrie uma empresa europeia cuja moeda funcional é o Euro; e • A moeda funcional da Tereos Internacional S.A., investida da Tereos do Brasil, é o Euro. **Moeda de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda de apresentação é a moeda na qual as demonstrações financeiras são apresentadas e geralmente é definida de acordo com as obrigações legais da Empresa. Em conformidade com a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Empresa para reais, utilizando os seguintes critérios: • Ativos e passivos pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço; • Demonstração de resultados, contas de resultados abrangentes, demonstração dos fluxos de caixa e valor adicionado pela taxa média; e • Patrimônio líquido pelo valor histórico. Os ajustes resultantes da conversão acima têm sua contrapartida reconhecida no patrimônio líquido como reservas de conversão de moeda estrangeira. As empresas localizadas fora do Brasil utilizam sua moeda local como moeda funcional e, portanto, a Empresa converte os valores dos investimentos em moeda estrangeira para a sua moeda de apresentação (Real - R\$), considerando: • taxa de câmbio vigente em 31 de março de 2022 para o patrimônio líquido das investidas; • taxa de câmbio média anual para o resultado do exercício das investidas. As diferenças resultantes do processo de conversão são reconhecidas em "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e apresentadas como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente. Esses montantes serão integralmente reclassificados para o resultado quando o respectivo investimento: (i) for totalmente alienado ou liquidado; ou (ii) for parcialmente alienado, resultando tal alienação em uma perda de controle em uma subsidiária, uma perda de controle conjunto em uma joint venture ou uma perda de influência significativa em uma coligada. No caso de uma alienação parcial sem quaisquer consequências econômicas significativas, conforme descrito anteriormente, será reconhecida uma reclassificação parcial em base pro-rata. A taxa de câmbio média e de fechamento utilizadas na conversão das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação são as seguintes:

Moeda estrangeira / Real (R\$)	Taxa de câmbio média Exercício findo em	Taxa de câmbio no final do exercício
	31/03/2022	31/03/2021
Europa	0,16	0,19
Europa	0,16	0,15

2.3 Combinações de negócios e ágio: Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação do Empresa no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas. Ao adquirir um negócio, a Empresa avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Quando a contabilização inicial de combinação de negócios estiver incompleta no fim do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o Empresa reportará valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou ativos ou passivos adicionais são reconhecidos para refletir nova informação obtida sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos naquela data, teriam impactado os montantes então reconhecidos. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pelo adquirente na adquirida será remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela entidade adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. As alterações posteriores no valor justo da contraprestação contingente que seja considerada ativo ou passivo financeiro serão reco-

>>>Continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





TEREOS DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.100.968/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 (Valores expressos em Milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

as receitas ou despesas que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O ativo ou passivo do imposto de renda corrente é reconhecido no balanço patrimonial, utilizando alíquotas fiscais vigentes no encerramento do exercício. **Imposto de renda diferido:** Segundo a IAS 12 (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais. Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado. Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Empresa. Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias do Europa, do Brasil e dos outros países, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais. O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis. Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente. Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes.

3. IMPOSTO DE RENDA

A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (prejuízo) líquido	(95.172)	(15.890)
Equivalência patrimonial	38.487	14.516
Receita (despesa) de imposto de renda	(12)	(31)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e equivalência patrimonial	(56.698)	(1.342)
Alíquota fiscal do imposto de renda no Brasil	34%	34%
Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil	19.277	456
Novos prejuízos fiscais não reconhecidos	(17.819)	-
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	(1.471)	(488)
Ajustes para conciliar imposto de renda	19.290	(488)
IMPOSTO DE RENDA EFETIVO	(12)	(31)
Alíquota efetiva de imposto de renda	0%	(2%)

4. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31/03/2022	31/03/2021
Despesas de juros	(59.732)	-
Perdas com variação cambial	-	(1.486)
Outras despesas	(23)	(6)
Despesas financeiras	(59.754)	(1.493)
Receita de juros	385	151
Ganhos cambiais	2.721	-
Outras receitas	37	6
Receitas financeiras	3.143	157
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(56.611)	(1.336)
Das quais: Receitas (despesas) de juros líquidas	(59.347)	151
Das quais: Ganhos (perdas) cambiais	2.721	(1.486)

5. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

(EM MILHARES DE R\$)	% de participação	Patrimônio líquido	Investimento Total	Resultado da equivalência patrimonial	
				31/03/2022	31/03/2021
Tereos Internacional S.A.	27,68%	7.957.708	2.202.478	(38.487)	-
Ágio nas aquisições	-	-	123.131	-	-
TOTAL			2.328.608	(38.487)	

Em 31 de março de 2021

(EM MILHARES DE R\$)	% de participação	Patrimônio líquido	Investimento Total	Resultado da equivalência patrimonial	
				31/03/2022	31/03/2021
Tereos Internacional S.A.	3,95%	5.914.249	233.585	(14.516)	-
Ágio nas aquisições	-	-	160.576	-	-
TOTAL			394.161	(14.516)	

No ano de 2021, a Empresa realizou a subscrição de ações no capital social da sua investida Tereos Internacional («TI») no valor total de R\$ 1.940 milhões, através de assinatura de contratos de empréstimos celebrados entre TI e outras entidades do Grupo Tereos. Como consequência, houve o aumento de participação na rubrica de investimentos e consequente aumento de passivo na linha de passivos não circulantes com partes relacionadas (nota 6).

6. PARTES RELACIONADAS

(EM MILHARES DE R\$)	Vendas		Compras	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Entidades sob controle comum	-	-	(13.132)	-
Tereos EU NV	-	-	(46.599)	-
Tereos Agro Industrie	-	-	-	-

A DIRETORIA

(EM MILHARES DE R\$)	A receber		A pagar	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Entidades sob controle comum	-	-	390.187	-
Tereos EU NV	-	-	-	1.228.929
Tereos Agro Industrie	-	-	-	-
Os ativos e passivos financeiros com partes relacionadas são classificados no balanço patrimonial como segue:				
(EM MILHARES DE R\$)			31/03/2022	31/03/2021
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	-	(1.619.115)	-	-
Total da dívida líquida com partes relacionadas		(1.619.115)		

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM MILHARES DE R\$)	Quantidade de ações	Capital emitido
Saldo em 31 de março de 2022	495.444.413	326.993
Saldo em 31 de março de 2021	495.444.413	326.993
Saldo em 31 de março de 2020	495.444.413	326.993

7.2 Reserva legal: De acordo com o contrato social da Empresa, 5% do lucro líquido do exercício será destinado como reserva legal, que não excederá 20% do capital social e, acrescido das reservas de capital, a 30% do capital social. **7.3 Distribuição de lucros:** De acordo com o Contrato Social da Empresa, o lucro líquido apurado após as deduções legais será distribuído conforme deliberação dos sócios.

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(EM MILHARES DE R\$)	31/03/2022	31/03/2021
Impostos a recuperar	152	368
Outros ativos financeiros circulantes	152	368
Impostos a pagar	-	13
Outros	16	87
Outros passivos financeiros circulantes	16	100

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conciliação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa é a seguinte:

(EM MILHARES DE R\$)	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7.316	6.999
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.316	6.999

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Empresa, até 17 de agosto de 2022, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Contábeis em 31 de março de 2022.

CONTADOR

Giovani Henrique Alves dos Santos - CRC SP-336385/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas da Tereos do Brasil Participações Ltda. Olímpia (SP): **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Tereos do Brasil Participações Ltda. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tereos do Brasil Participações Ltda. em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Partes Relacionadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 06 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por transações controladas em conta corrente entre as empresas, cujos valores são pactuados entre as partes. Sendo que os valores registrados poderiam ter sido diferentes, bem como os reflexos tributários, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bauru (SP), 17 de agosto de 2022.



Azevedo Auditores Independentes S/S
CRC 2 SP 036851 /0-2

Luís Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Fraction 027 Administração de Bem Próprio S.A.

Em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 22 de janeiro de 2021

1. Data, Horário e Local: Em 22/01/2021, às 10h00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-AD, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020. **2. Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas subscritores da totalidade do capital social, a saber: (a) **Marcus Vinicius da Mata**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.899.628-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 184.805.378-92, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-A, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020, e (b) **Prime Aviation Participações e Serviços S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-A, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.534.900/0001-72, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.300.363.850, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto Social, por seus Diretores, Sr. **Artur Martins de Figueiredo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.838.951, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.813.338-80 e Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.899.628-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 184.805.378-92, ambos com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, sede na Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-A, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020. **3. Mesa:** Presidente: Marcus Vinicius da Mata; Secretário: Artur Martins de Figueiredo. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre a (i) constituição de sociedade por ações com propósito específico de administração e compartilhamento de bens próprios; (ii) aprovação do Estatuto Social; (iii) aprovação da subscrição de ações de acordo com o capital social integralizado; (iv) eleição dos membros da Diretoria e definição de sua remuneração. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, os presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) Aprovar a constituição da Sociedade de Propósito Específico na forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei 6.404/76, adotando a denominação **Fraction 027 Administração de Bem Próprio S.A.** (ii) Aprovar o Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente Ata. (iii) O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 100,00, dividido em 100 ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas e totalmente integralizadas na forma do Boletim de Subscrição, que integra a presente ata como **Anexo II** à presente Ata. (iv) Os acionistas elegem para ocupar os cargos da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição, o Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.899.628-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 184.805.378-92, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-A, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020, como Diretor Presidente; e o Sr. **Artur Martins de Figueiredo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.838.951, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.813.338-80, como Diretor Vice-Presidente, com endereço comercial na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-A, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020, como Diretor sem designação específica. Os Diretores estão dispensados de apresentar caução como garantia de sua gestão. Os Diretores eleitos, presentes à Assembleia, tomam neste ato posse de seus cargos, declarando que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por não estarem incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que os impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. A presente Ata tem força de e substitui os Termos de Posse dos Diretores ora eleitos para todos os fins e efeitos. Os acionistas deliberam que os Diretores não receberão remuneração em contrapartida ao exercício de suas funções. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata na forma de sumário dos atos ocorridos, conforme faculta o art. 130 da Lei 6.404/76, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Barueri, 22/01/2021. Mesa: Marcus Vinicius da Mata – Presidente; Artur Martins de Figueiredo – Secretário. Acionistas: **Prime Aviation Participações e Serviços S.A.**, Marcus Vinicius da Mata; Artur Martins de Figueiredo. **Marcus Vinicius da Mata**, Diretores Eleitos: Marcus Vinicius da Mata - Diretor Presidente; Artur Martins de Figueiredo – Diretor. Visto do Advogado: Gláucia Muniz de Sousa - OAB/SP nº 368.850. JUCESP nº 3530056899-1 em 20/05/22. Gisela Simiema Cheschin - Secretária Geral. **Estatuto Social.** **Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social. Artigo 1º.** A **Fraction 027 Administração de Bem Próprio S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado que se regerá pelo presente estatuto social e pela legislação aplicável, tendo sede e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Cauaxi, 293, 8º Andar, Sala 816-AD, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-020. **Artigo 2º.** A Companhia poderá abrir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território brasileiro ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** Constitui o objeto social da Companhia a administração e compartilhamento de bens próprios, visando o uso compartilhado entre os acionistas da Companhia. **§ Único.** A Companhia poderá ainda participar de outras empresas ou entidades na qualidade de acionista, sócia ou associada. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da sociedade é de R\$ 100,00, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 100, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia e não poderão ser cedidas ou transferidas pelos Acionistas em desacordo com o previsto neste Estatuto e em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **§ 2º.** Caso um Acionista pretenda onerar suas Ações, a qualquer título, deverá previamente comunicar as condições de tal ato, por escrito, aos demais Acionistas, observado o disposto neste Estatuto e em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Neste sentido, salvo deliberação em contrário dos Acionistas, a garantia se dará apenas sobre os resultados financeiros produzidos pelas Ações, tais como lucros, dividendos e restituição em caso de redução de capital ou dissolução da Sociedade, sendo que em nenhuma hipótese, o favorecido pela garantia será admitido aos quadros sociais ou exercerá direitos políticos de acionista, como o de voto, inclusive e tampouco utilizará do bem objeto de compartilhamento entre os acionistas. **Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, nos casos legais, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Art. 7º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente, sendo os anúncios publicados na forma da Lei, deles constando a ordem do dia, o local, a data e horário da Assembleia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação das matérias a serem alteradas. **§ Único.** Será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, independente da observância das formalidades de convocação de que trata este artigo. **Art. 8º.** Poderão tomar parte na Assembleia Geral os titulares de ações da Companhia ou seus representantes legais, mediante prova de sua identidade e condição. **Art. 9º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, não computados os votos em branco, ressalvadas as hipóteses de quorum qualificado para certas matérias previstas em lei, no presente estatuto ou em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 10.** Os seguintes atos somente poderão ser praticados pelos administradores da Companhia mediante prévia deliberação tomada em Assembleia Geral, mediante o voto afirmativo de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social total: (a) a alienação, por qualquer meio, ou oneração do bem de uso compartilhado entre os acionistas, que constitui o objeto social da Companhia; (b) a celebração de qualquer contrato ou outro documento que represente obrigação para a companhia não prevista no Acordo de Acionistas. (d) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Sociedade. **Capítulo IV - Administração da Companhia. Artigo 11.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 01 Diretor Presidente e 01 Diretor sem designação específica, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 anos, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada nos 4 primeiros meses do ano imediatamente subsequente ao término do mandato, permitida a reeleição. **§ 1º.** Os Diretores terão suas atribuições definidas em Lei, neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral. **§ 2º.** Em caso de impedimento temporário ou definitivo de qualquer Diretor, cabe à Assembleia Geral designar-lhe um substituto, que assumirá as atribuições do Diretor impedido, até que cesse o impedimento, se temporário, ou até o término do seu mandato, se definitivo. **§ 3º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação feita por qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 3 dias úteis. Ficará dispensada de convocação a reunião a qual comparecerem todos os Diretores em exercício. As deliberações serão tomadas por unanimidade de votos dos Diretores presentes à reunião. As atas de reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos Diretores presentes. As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer de seus membros desde que nomeado pelos demais na reunião. **Artigo 12.** A remuneração dos diretores será fixada pela Assembleia Geral. **Artigo 13.** A representação ativa e passiva da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, exceto dos atos regulados de forma especial por este contrato, competirá isoladamente aos Diretores, podendo eleger procurador para representá-los. **§ Único.** As procurações serão outorgadas em nome da Sociedade, por instrumento público ou particular firmado conjuntamente pelos 2 diretores, devendo os respectivos mandatos: (i) especificar expressamente os poderes conferidos; (ii) conter prazo de validade limitado ao máximo de 1 ano. O prazo máximo previsto neste artigo não se aplica às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos. **Artigo 14.** Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções da assembleia geral e a legislação em vigor; (ii) praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social; (iii) criar e extinguir filiais, escritórios ou representações, conforme aprovação da diretoria; e (iv) escolher e desstituir os auditores independentes, se aplicável; (v) dar os bens de propriedade da Sociedade a outras sociedades de propósito específico, dentro de programa de fracionamento e compartilhamento de bens. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 15.** O Conselho Fiscal é órgão não permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionista, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 16.** Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal compor-se-á de 3 a 5 membros, eleitos pela Assembleia Geral na forma da legislação aplicável. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo VI - Exercício Social. Artigo 18.** O exercício social coincidirá com o ano civil. Encerrado o exercício social, será levantado o balanço geral das operações da Sociedade e as demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício, podendo ser levantados balancetes periódicos, a critério da Diretoria. **Artigo 19.** Quanto à distribuição do resultado apurado em cada exercício, serão observadas as regras contidas na Lei 6.404/76. **Capítulo VII – Transformação, Recuperação Judicial, Falência, Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 20.** A Companhia poderá ser transformada em outro tipo societário, independentemente de dissolução e liquidação mediante deliberação em Assembleia Geral por deliberação dos acionistas representando a maioria absoluta das ações com direito a voto. **Artigo 21.** Os Administradores poderão confessar falência e pedir a recuperação judicial da Companhia desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral mediante deliberação dos acionistas que representem maioria absoluta das ações com direito a voto. **Artigo 22.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção por deliberação de acionistas que representem maioria absoluta das ações com direito a voto, bem como nos casos previstos em Lei. **§ Único.** A Assembleia Geral, pelo quórum acima indicado, nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo o Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII - Solução de Controvérsias. Artigo 23.** Qualquer controvérsia oriunda ou relacionada a este Estatuto Social, que não seja de natureza executória, será resolvida por arbitragem, a ser submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.313, 11º andar, de acordo com o seu Regulamento. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português, sendo vedado o julgamento por equidade. Será constituída por 03 árbitros, cuja sistemática de indicação seguirá o previsto no Regimento da Câmara eleita, com exceção à indicação do terceiro árbitro, que presidirá a arbitragem, o qual deverá ser indicado pelos árbitros indicados pelas Partes. As Partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, os quais serão, ao final, rateados e suportados entres as partes na proporção do êxito de seus pedidos, na forma que vier a ser definida pelos árbitros em sentença. **Artigo 24.** Fica eleita a Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja, para solucionar qualquer questão que dependa de intervenção judicial, antes, durante ou depois da arbitragem estipulada nos termos da cláusula anterior.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

JIGEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 44.196.845/0001-70

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Data, Hora e Local: 13/10/2021, às 16 horas, na sede social. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. Convocação: Dispensada. Ordem do Dia e Deliberações: 1. Aprovar a constituição de uma S.A. sob a denominação de Jigen Empreendimentos e Participações S.A., com Sede e Foro em São Paulo - SP, na Rua Padre Luciano, 97 - Jd França. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 750.000, representado por 750 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.000 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 75.000 depositados em conta vinculada no Banco Bradesco S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei n.º 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos n.ºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Cia, cuja redação consolidada constituiu o documento no 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a Jigen Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. Eleger o Sr. Edson Vicente da Silva Filho para Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace para Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Cia. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Cia. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de outubro de 2021. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente, Gabriela Albuquerque Pace - Secretária. Estatuto Social - Capítulo - I Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º - A Jigen Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º - A Cia tem sede e foro na Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França, São Paulo - SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - Os jornais que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o Diário Oficial do Estado e o jornal Data Mercantil. Artigo 5º - A Cia iniciará suas atividades em 13/10/2021, e seu prazo de duração será indeterminado. Capítulo - II - Do Capital Social e Ações - Artigo 6º - O Capital Social da Cia é de R\$ 750.000, dividido em 750 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Cia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Cia emitir títulos múltiplos ou cautelares. § Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º - O montante a ser pago pela Cia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei n.º 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei n.º 6.404/76. Artigo 9º - A Cia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. Capítulo - III - Da Administração - Artigo 10º - A Cia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor - Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Cia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Cia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, inscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º - A Cia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e ter prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. Capítulo - IV - Assembleia Geral - Artigo 14º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. Capítulo - V - Conselho Fiscal - Artigo 15º - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. Capítulo - VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 16º - O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Cia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Cia. Artigo 19º - A Cia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Capítulo - VII - Liquidação - Artigo 20º - A Cia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de outubro de 2021. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente, Gabriela Albuquerque Pace - Visto Advogado: Vera Lúcia Lopes Freitas - OAB/SP 113.498. Jucesp - sob o n.º 35.300.580.206 em 10/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Sobral Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 60.095.775/0001-10 - NIRE 35.300.123.620

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Sobral Empreendimentos S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de setembro de 2022, às 10h00 (dez horas), em primeira convocação, excepcionalmente de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma *Microsoft Teams*, sendo certo que o link de acesso à reunião ou o boletim de voto a distância será disponibilizado por correio eletrônico aos titulares de Ações Ordinárias que enviarem solicitação para belluzzo@lba.com.br. Os acionistas ficam convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre a proposta da diretoria da Companhia para distribuição de lucros de forma antecipada aos seus acionistas. Os acionistas que venham a ser representados por procuradores na Assembleia Geral devem obedecer o disposto no artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. **Antônio Wadiah Batah Filho** - Diretor. (15, 16 e 17/09/2022)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 13.673.855/0001-25 – NIRE/JUCESP nº 35.300.393.872

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2022

Data, Hora e Local: Realizada em 12 (doze) de abril de 2022, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-120. **Convocação:** Dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76. **Quorum:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinatura no livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sr. Henry Singer Gonzalez – Presidente e Sr. Benedito Cesar Luciano – Secretário. **Ordem do Dia:** (a) lavrar a ata na forma sumária; (b) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (c) destinar o lucro líquido e distribuição dos dividendos; (d) definir o montante a ser pago a título de remuneração mensal aos Diretores; (e) eleger os membros da Diretoria para novo mandato; e (f) consolidar o Estatuto Social. **Deliberações:** Por unanimidade, foram aprovadas: (a) A Lavratura da ata na forma de Sumário; (b) o Balanço Patrimonial, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, publicados no jornal "Data Mercantil", páginas 12 e 13, 14 e 15 na edição de 01/04/2022; (c) a não distribuição de dividendos, e a consequente retenção de todo o lucro líquido apurado, nos termos do § 3º do Artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas; (d) A remuneração dos Diretores no montante mensal de até R\$ 1.000,00 (hum mil reais); (e) A reeleição dos membros da Diretoria, nos cargos de Diretor sem designação específica, cujo mandato tem vigência de 3 anos, até a posse dos que forem eleitos em Assembleia Geral de 2025, a saber: o Sr. **Henry Singer Gonzalez**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 81346923 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 052.297.488-00; o Sr. **Benedito Cesar Luciano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 16461874 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 077.846.378-88; o Sr. **Gustavo Friozi Toni**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 305.306.761-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 291.929.118-11; o Sr. **Roberto Lutz Vidigal**, brasileiro, casado, comunicólogo, portador da cédula de identidade RG nº 28.340.554-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 318.161.868-30; o Sr. **Roberto Adib Jacob Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 437494081 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 325.356.898-98; a Sra. **Helena Cardoso Cunha**, brasileira, maior, solteira, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 44.011.495-0 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 439.287.248-35; o Sr. **Roberto Augusto Muzzi Alem**, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 23.029.859-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 307.026.698-30; o Sr. **Nicolas Gutierrez Londono**, colombiano, maior, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade de estrangeiros RNE nº V354284-B DPEX, inscrito no CPF/ME sob o nº 058.246.717-96; o Sr. **Victor Hideki Obara**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, maior, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 19952652 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 297.774.928-47; o Sr. **Marcio Lewensztajn**, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, gestor financeiro, portador da cédula de identidade RG nº 106211907 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 042.969.947-60; o Sr. **Nelson Santucci Torres**, brasileiro, maior, viúvo, gestor financeiro, portador da cédula de identidade RG nº 5397907-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 722.774.248-20; a Sra. **Julia Gil Gonzalez**, brasileira, maior, solteira, nascida em 15 de junho de 1989, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 295408042 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 394.106.988-80; o Sr. **Cesare Rivetti**, brasileiro, maior, casado sob regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 14.218.510-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 135.276.468-76; a Sra. **Ariana Renata Pavan**, brasileira, maior, em união estável, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44863800-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 321.299.588-26, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120; e o Sr. **Alberto Garcia Roche**, argentino, casado, economista, portador da cédula de identidade de estrangeiros RNE nº V099696-Y DPEX, inscrito no CPF/ME sob o nº 154.184.438-60, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120; I) Aprovaram a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do ANEXO I à presente Ata, incluindo a adequação da redação em outras cláusulas eventualmente não mencionadas na Ata. Os Diretores reeleitos declaram que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se, sob os efeitos dela, sujeitos a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, por crime de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou contra a propriedade, nem encontram-se condenados com pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme o artigo 147, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, a qual, lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Local e Data:** São Paulo (SP), 12 de abril de 2022. **Assinaturas:** Henry Singer Gonzalez – Presidente da Mesa; Benedito Cesar Luciano – Secretário da Mesa. **Acionistas:** Henry Singer Gonzalez e Benedito Cesar Luciano. **Henry Singer Gonzalez** – Presidente da Mesa – Acionista e Diretor reeleito; **Benedito Cesar Luciano** – Secretário da Mesa – Acionista e diretor reeleito. **Diretores reeleitos:** **Alberto Garcia Roche; Roberto Lutz Vidigal; Gustavo Friozi Toni; Roberto Adib Jacob Junior; Roberto Augusto Muzzi Alem; Helena Cardoso Cunha; Nicolas Gutierrez Londono; Victor Hideki Obara; Marcio Lewensztajn; Nelson Santucci Torres; Julia Gil Gonzalez; Cesare Rivetti; Ariana Renata Pavan.** Anexo I – Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ/ME nº 13.673.855/0001-25 – NIRE 35.300.393.872. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo Primeiro.** A Fram

Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A Sociedade tem foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde mantém sua sede social na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04543-120, podendo instalar dependências em qualquer localidade do País ou do Exterior, a critério da Diretoria, respeitadas as prescrições legais e normas do Banco Central do Brasil. **Artigo Terceiro.** A Sociedade tem como objeto social: a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cauteias, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; f) exercer funções de agente fiduciário; g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; h) constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; i) realizar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; j) realizar operações comprissadas; k) realizar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; l) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; m) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; n) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários; o) realizar operações de câmbio; p) realizar escrituração de ativos; q) prestar o serviço de Agente de conta vinculada "Escrow Account". **Capítulo II – Das Vedações: Artigo Quarto.** É vedado à Sociedade: a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; b) cobrar de seus comitentes, corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de um ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil; d) obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados à aquisição de bens para uso próprio e à execução de atividades previstas no objeto social, observado o limite de duas vezes o respectivo patrimônio de referência para o conjunto dessas operações; e) dar ordens às sociedades corretoras para a realização de operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na bolsa de valores; f) a celebração de contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não, exceto os contratos de mútuo referentes a operações de conta margem e de empréstimo de ações, celebrados nos termos da regulamentação em vigor. **Artigo Quinto.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo III – Capital e Ações: Artigo Sexto.** O Capital Social é de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões e cento e trinta mil reais), dividido em 2.130.000 (dois milhões e cento e trinta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo Sétimo.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo Oitavo.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 20 (vinte) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A investidura no cargo de Diretor far-se-á mediante assinatura do termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reunião da Diretoria", após homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. **Parágrafo Segundo.** Vencido o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Terceiro.** Os membros da Diretoria estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Parágrafo Quarto.** A remuneração da Diretoria será fixada anualmente, pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. **Artigo Nono.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, por convocação de qualquer de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. **Parágrafo Único.** Das reuniões de Diretoria serão lavradas atas no respectivo livro de "Atas de Reunião da Diretoria". **Artigo Décimo.** Aos Diretores, investidos dos mais amplos poderes, observadas as restrições legais e estatutárias, além da administração geral da Sociedade, a representação, ativa e passiva, em todos os atos da vida civil e comercial, compete: a) convocar as Assembleias Gerais; b) cumprir e fazer cumprir as obrigações do Estatuto Social, regulamentares e contratuais, assim como as deliberações das Assembleias Gerais; c) dirigir e superintender os negócios da Sociedade, praticando todos os atos relativos ao seu objeto, transigir, celebrar acordos, renunciar a direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e onerar, por qualquer forma, bens e direitos e tudo o mais que se fizer necessário ao bom funcionamento da Sociedade; d) apreciar e recomendar aos acionistas, para sua aprovação, o orçamento projetado para o cumprimento dos objetivos e metas traçadas, bem como, acompanhar e administrar a sua realização; e) representar a Sociedade junto às autoridades monetárias, civis, entidades de classe e mercado em geral, a nível municipal, estadual e federal, zelando pela sua imagem e defendendo seus direitos; f) atuar como interface entre os acionistas e as diferentes unidades organizacionais da Sociedade; g) zelar pela administração geral da Sociedade, atuando de forma a realizar o planejamento estratégico aprovado pela Diretoria, cuidando para que os investimentos realizados tragam os retornos estabelecidos, dentro dos padrões de qualidade, rentabilidade, prazo, segurança e ética definidos. **Artigo Décimo Primeiro.** A representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular competirão sempre: a) a dois Diretores, em conjunto; b) a um Diretor em conjunto com um procurador devidamente constituído na forma do parágrafo primeiro; c) a dos procuradores, em conjunto, devidamente constituídos na forma do parágrafo primeiro. **Parágrafo Primeiro.** A Sociedade poderá por dois de seus Diretores nomear procuradores para representá-la,

nos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos, com prazo de validade determinado, vedado o subestabelecimento. As procurações "ad judicia" outorgadas a advogados, para a representação da Sociedade em processos judiciais e administrativos, terão prazo de validade indeterminado e permitirão o subestabelecimento. **Parágrafo Segundo.** São nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer Diretores ou procuradores, relativos a obrigações, negócios e operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Segundo.** No caso de vacância, ausência temporária ou impedimento, de qualquer um dos cargos de Diretor sem designação específica, a Diretoria indicará outro Diretor que acumulará as funções do Diretor ausente ou impedido. No caso de vacância permanente a Diretoria indicará outro Diretor que acumulará as funções do cargo vago, até a realização da primeira Assembleia Geral. **Capítulo V – Das Assembleias Gerais: Artigo Décimo Terceiro.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano e, extraordinariamente, quando necessário, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Artigo Décimo Quarto.** A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida, por qualquer um dos membros da Diretoria, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos na mesa. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal: Artigo Décimo Quinto.** O Conselho Fiscal terá o seu funcionamento não permanente, sendo instalado a pedido de acionistas, dentro do que preceitua o artigo 161 da Lei 6404/76. **Artigo Décimo Sexto.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de no mínimo três e no máximo cinco membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Da Ouvidoria: Artigo Décimo Sétimo.** A Sociedade terá um componente organizacional de Ouvidoria com o objetivo de mediar e dirimir conflitos, tendo como atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atuando como canal de comunicação entre a empresa e os clientes e usuários de seus produtos e serviços. **Artigo Décimo Oitavo.** Constituem atribuições da Ouvidoria: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade; b) atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e c) informar à Diretoria da Sociedade a respeito das atividades de ouvidoria. **Artigo Décimo Nono.** Constituem atividades da Ouvidoria: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições, e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Artigo Vigesimo.** O Ouvidor será designado pela Diretoria e terá prazo de mandato por tempo indeterminado. **Parágrafo Primeiro.** Os critérios para designação de Ouvidor serão baseados em conduta lida, conhecimento dos produtos e serviços comercializados pela Sociedade, aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor, à mediação de conflitos e à devida certificação em Ouvidoria, obtida perante entidade de reconhecida capacidade técnica. **Parágrafo Segundo.** A destituição do Ouvidor poderá ocorrer por manifestação própria ou por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função dentro da Sociedade, conduta ética incompatível com a função, desempenho insatisfatório de suas atribuições, ou eventuais práticas e condutas que justifiquem a destituição. **Artigo Vigesimo Primeiro.** A Sociedade deverá criar condições para o adequado funcionamento da Ouvidoria, cuja atuação deverá ser pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, assegurando o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Capítulo VIII – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Sua Aplicação: Artigo Vigesimo Segundo.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo Vigesimo Terceiro.** O balanço, de conformidade com as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. A critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês. **Artigo Vigesimo Quarto.** Do lucro líquido apurado em cada balanço, serão destinados: a) cinco por cento para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este alcance vinte por cento do capital social; b) vinte e cinco por cento para dividendo aos acionistas; c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria. **Artigo Vigesimo Quinto.** O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da Sociedade, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório. **Artigo Vigesimo Sexto.** A Diretoria tem poderes para determinar a distribuição de lucros e/ou dividendos e juros sobre o capital próprio, dentro dos limites legais e "ad-referendum" da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar a contas daquele exercício social. **Capítulo IX – Da Liquidação: Artigo Vigesimo Sétimo.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de efetua-la e nomear o liquidante. **Artigo Vigesimo Oitavo.** Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para dirimir quaisquer conflitos judiciais relativos a este Estatuto Social. São Paulo (SP), 12 de abril de 2022. **Assinaturas:** **Henry Singer Gonzalez** – Presidente da Mesa e Acionista; **Benedito Cesar Luciano** – Secretário da Mesa e Acionista. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 452.273/22-5 em 01/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela

certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17,18 e 19/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS